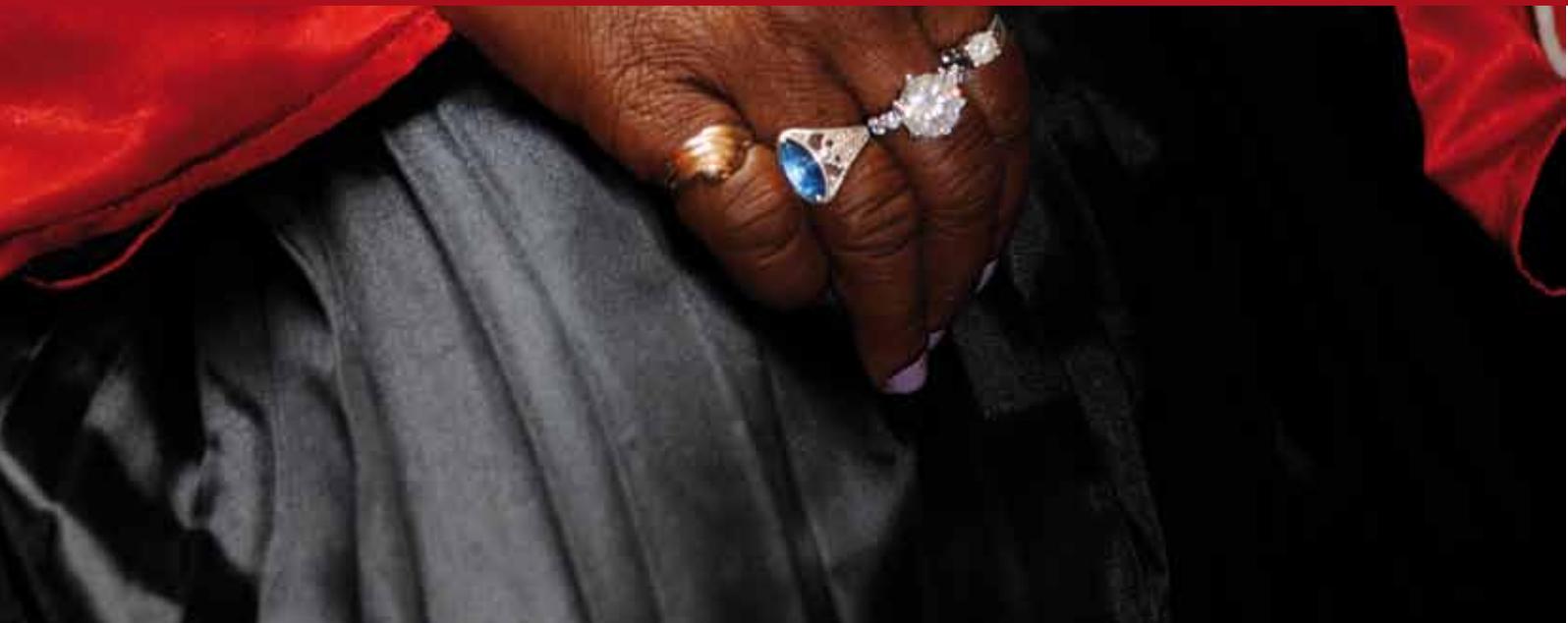




Festa da Boa Morte

CADERNOS DO IPAC, 2



Festa da Boa Morte

Salvador - Bahia
2010

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner

SECRETARIA DE CULTURA

Márcio Meirelles

DIRETORIA GERAL DO IPAC

Frederico A.R.C. Mendonça

DIRETORIA GERAL DA FUNDAÇÃO PEDRO CALMON

Ubiratan Castro de Araújo

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO ARTÍSTICO E CULTURAL

Paulo Canuto

GERÊNCIA DE PESQUISA, LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL

Mateus Torres



FOTOGRAFIAS
Elias Mascarenhas

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Paulo Veiga

PESQUISA HISTÓRICA
Magnair Santos Barbosa

ENTREVISTA
Nívea Alves dos Santos
Magnair Santos Barbosa

REVISÃO DE TEXTO
Jorge Manuel da Costa Machado
Amélia Gomes de Santana

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Maisa Menezes de Andrade

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Gráfica QualiCopy (Salvador/Bahia)

B135 Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC.
Festa da Boa Morte. / IPAC. – Salvador : Fundação
Pedro Calmon; IPAC, 2010.
122 p. : il. – (Cadernos do IPAC, 2)
Notas de Conteúdo: Acompanha 01 DVD
ISBN: 978-85-61458-30-0

1.Festa da Boa Morte 2.Bahia – Festa Popular. 3.Irmandade
Nossa Senhora da Boa Morte 4.Cachoeira - Bahia – História.
I.Título. II.Série.

CDD 394.265 981 42

Sumário

9. METODOLOGIA

Ednalva Queiroz

13. CACHOEIRA: PONTO DE CONFLUÊNCIA DO RECÔNCAVO BAIANO

Magnair Santos Barbosa

25. IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE: ENTRE O AIYÊ E O ORUM

Magnair Santos Barbosa

53. ORGANIZAÇÃO HIERÁRQUICA E RELAÇÃO DE PODER

Magnair Santos Barbosa

67. ABIYAMO OBIRIN DI OKU: MÃE. MULHER. MORTE

Raul Lody

75. DEPOIMENTOS DAS IRMÃS

109. PARECER TÉCNICO REGISTRO DO BEM CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL: A FESTA DA BOA MORTE EM CACHOEIRA

Mateus Torres Barbosa



Metodologia

* Ednalva Queiroz

Este estudo sobre a Festa da Boa Morte, manifestação característica da religiosidade popular que acontece todos os anos na cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano, foi norteado pela premissa de que o bem cultural, como todo signo, tem um imprescindível suporte físico – dimensão material que é o suporte de comunicação; uma estrutura simbólica que lhe dá sentido – e que se estabelece na prática dos sujeitos capazes de atuar segundo certos códigos; que o bem de natureza imaterial ou intangível se caracteriza, segundo a Constituição Brasileira, como uma “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.”

A partir da solicitação feita ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, em 2009 pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, iniciou-se o processo de Registro da Festa da Boa Morte como Patrimônio Cultural da Bahia, com base no parecer favorável emitido pela Gerência de Pesquisa, Legislação Patrimonial e Patrimônio Intangível - GEPEL, tendo em vista a singularidade dessa manifestação cultural e sua representatividade para a formação da identidade baiana.

O plano de trabalho elaborado por uma equipe interdisciplinar privilegia o método de pesquisa qualitativa, considerando a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo que não pode

* Historiadora.

ser traduzido em números. Caracteriza-se pela utilização de um conjunto de diferentes técnicas que permitem a interpretação dos fenômenos, a atribuição de significados e possibilitam descrever e decodificar os componentes que dão sentido ao objeto estudado, facilitando o emprego de uma lógica empírica e a definição e dimensionamento do campo de trabalho com o objetivo de evidenciar os elementos simbólicos – ritos, adornos, vestuários, músicas, danças, expressões que o configuram.

Para definição e dimensionamento do campo de trabalho, considerou-se importante contextualizar o objeto em sua dinâmica histórico-social, definindo a rede de relações que foram estabelecidas pela interação dos diversos agentes dentro, sobre e em torno do objeto estudado.

Considerando a historicidade inerente ao objeto de estudo, a pesquisa documental e os relatos se constituíram elementos fundamentais para a análise. Neste caso, considera-se que a linguagem utilizada foi um elemento importante para a construção de um saber repleto de abordagens que se relacionam entre a história, a tradição e práticas culturais.

O processo de pesquisa compreendeu as seguintes fases:

- Pesquisa documental no acervo da Irmandade, Arquivo Público Municipal, Arquivo da Cúria Metropolitana;
- Pesquisa iconográfica no acervo da Irmandade, Fundação Pierre Verger e jornais;
- Levantamento bibliográfico referente ao tema;
- Entrevistas com as irmãs, estudiosos e autoridades leigas e religiosas ligadas à Irmandade e à Festa;
- Acompanhamento da preparação e dos rituais da Festa da Boa Morte;
- Registro de histórias de vida e observação participante;
- Registro videográfico e fotográfico dos rituais e etapas da Festa.

A documentação iconográfica foi constituída, por 50 horas de filmagem, com produção de um documentário de 26 minutos e inúmeras fotografias captadas durante a festa em agosto de 2009.

Foram realizadas entrevistas com as irmãs, historiadores e estudiosos, autoridades religiosas e outras pessoas ligadas direta ou indiretamente à Irmandade e à Festa da Boa Morte. Resultaram das entrevistas gravação de áudio com 20 horas e captação de imagens que compuseram o documentário que ilustra este estudo.

Para elaboração deste dossiê o pesquisador valeu-se de todo um referencial histórico, simbólico, e documental, além da interlocução dos sujeitos envolvidos, detalhando ambientes e fatos, para obtenção de dados que justifiquem a importância do registro e salvaguarda da Festa da Boa Morte como Patrimônio Imaterial da Bahia.



Cachoeira: Ponto de Confluência do Recôncavo Baiano

* Magnair Santos Barbosa

Situado na Baía de Todos os Santos, às margens do rio Paraguaçu, na parte côncava, recuada e entrecortada por rios, chamada de Recôncavo, o Município de Cachoeira, outrora Freguesia Nossa Senhora do Rosário (1674) e, posteriormente, Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu (1698), foi colonizado pelas famílias portuguesas Dias Adorno e Rodrigues Martins. Foi a segunda Vila a ser instalada no Recôncavo, em 29/01/1698, por Carta Régia de 27/12/1693, sendo elevada à Cidade através da Resolução Provincial de nº 44 de 13/03/1837.¹

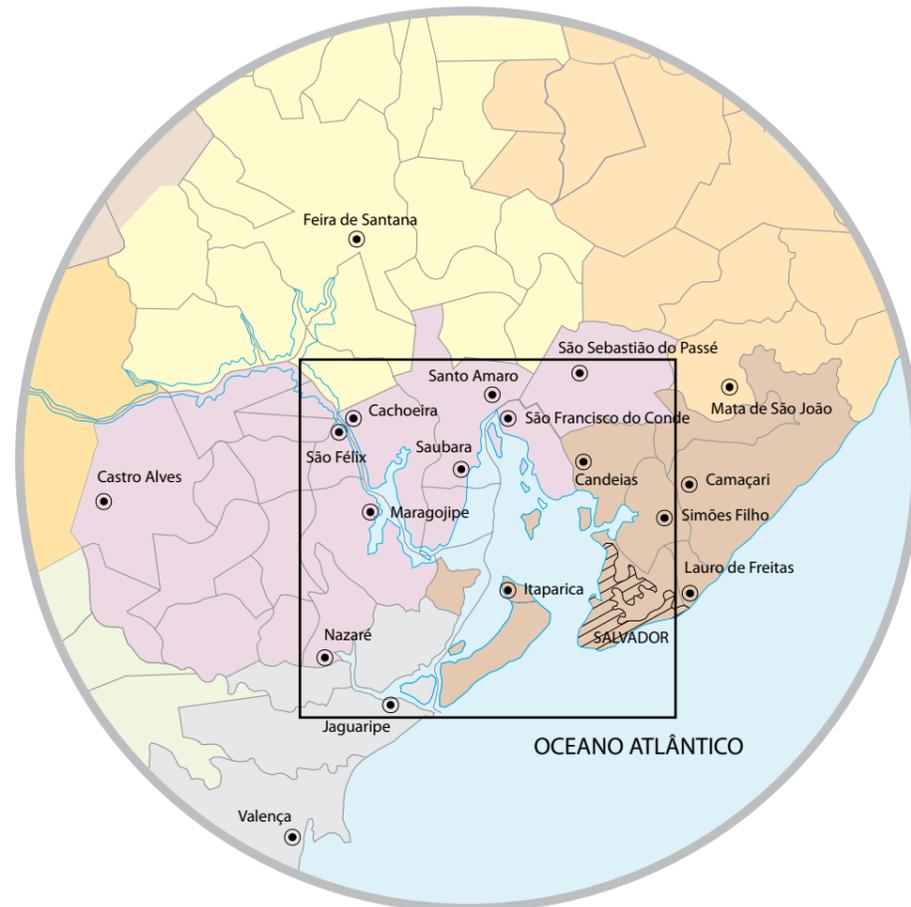
O Recôncavo está localizado num ponto estratégico da Bahia, logo, sua dinâmica deve ser compreendida a partir de um prisma que comunga das suas dimensões: fisiográfica, histórica, social, política e econômica. O que L. A. Costa Pinto chamou de “o anfiteatro”² para a sua fisionomia morfológica, pode-se usar por empréstimo para aludir a um espaço sócioeconômico e cultural. O Recôncavo da Bahia serviu de núcleo regional, tendo papel importante no projeto de colonização do Brasil. O desenvolvimento urbano dessa região e o perfil social dos seus habitantes esteve alicerçado na base econômica instalada – açucareira, fumageira, subsistência, dividida por sub-regiões, conforme os diversos tipos de solos e topografias:

¹ IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1958, vol. XXI.

² COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro, 1958.

* Historiadora.

- 1 - Zona da pesca e do saveiro, situada na orla marítima;
- 2 - Zona do açúcar, localizada nas terras do massapê;
- 3 - Zona do fumo, mais recuada do litoral;
- 4 - Zona da agricultura de subsistência [...] espalhada por todo o Recôncavo;
- 5 - Zona do petróleo [...] na orla marítima, nas ilhas;
- 6 - Zona urbana de Salvador [...].³



O Recôncavo apresenta um quadro multifacetado de tipos humanos, de perfis sociais e culturais, de sujeitos e cenários, considerando uma área territorial de aproximadamente 6.5000 km². No entanto, pode-se destacar algumas variáveis que foram marcantes para conferir à região uma identificação territorial para além das suas dimensões geológicas e geográficas.

³ MACHADO NETO, Zahidé. Quadro sociológico da “civilização” do Recôncavo. Centro de Estudos Baianos, n. 71, p. 3-4. Divisão estabelecida por L. A. Costa Pinto.

A lógica da colonização e ocupação do território baiano esteve ligada a uma trilogia dominante: terra-homem-técnica. O equivalente a latifúndio-escravo-engenho, entretanto, esta estrutura não excluía outras formas de atividades produtivas convivendo com a grande lavoura. A produção estava necessariamente voltada para a exportação, já que o objetivo do colonizador desde a sua chegada nas terras brasílicas, era extrair tudo o que a terra lhe oferecia e não precisamente habitar, no sentido de fixar-se no território. O lema era: habitar para conquistar, garantir a posse da terra e explorar o que convinha ao Império Lusitano. Por isso, desde o século XVI, Portugal distribuiu sesmarias aos “homens bons”, donatários, dando-lhes o direito de usufruto sobre a terra, mas garantindo os lucros, deixando-os sob controle da Metrópole.

A monocultura açucareira encontrou solo fértil na região de massapê da Bahia. Nesses terrenos foram instalados engenhos administrados por senhores que se intitulavam representantes do poder central na Colônia. E de fato o eram. Realizavam negociações na capital onde, por ventura, mantinham residência e ocupavam instituições civis e religiosas. Multiplicaram-se engenhos, tal por ser a produção de açúcar a atividade econômica que garantia o interesse português nas terras do Brasil. Além do engenho, coexistiam a casa grande e senzala, um núcleo patriarcal onde família e trabalho se mesclavam, formando o traço estrutural da vida cotidiana nos primeiros anos de colônia. O porto de Cachoeira era fundamental para escoar a larga produção açucareira, enviá-la ao porto da Capital, o mais movimentado do Atlântico Sul no século XVIII, onde se localizavam as casas de exportação e, por conseguinte, onde eram realizadas as transações comerciais.⁴

A vila primitiva de Cachoeira nasceu de um engenho. Tal como em outros pontos do Recôncavo Baiano, as relações intrínsecas e extrínsecas estabelecidas por engenhos foram polos de atração de populações no exercer de outras atividades, principalmente, a produção agrícola de subsistência. Do engenho para a formação de uma rede urbana, era assim que se formavam os primeiros *corpus* populacionais coloniais ou, pelo menos, seguindo a extensão dos engenhos, nasceram e se desenvolveram as vilas no interior do território baiano.

⁴ SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, p. 88-93.

Dessa forma, pode-se dizer que a atividade comercial contribuiu decisivamente para a formação de vilas e, assim, para fomentar o principal objetivo da Coroa Portuguesa.

Em 1559, Mem de Sá promoveu na região uma entrada para abrir caminho buscando colonizar, matar e expulsar indígenas. Um engenho e um alambique foram instalados, no espaço que viria a ser Cachoeira, em Cachoeira por Rodrigo Martins, na margem esquerda do Rio Paraguaçu, na proximidade da atual ponte D. Pedro II, por volta da segunda metade do século XVI.⁵ Índícios históricos apontam terem os incessantes ataques indígenas, constantes até 1610, frustado o desenvolvimento desse sítio primitivo que se formava, mesmo com a atuação da aliança estabelecida em 1595 entre indígenas e Álvaro Rodrigues Adorno, filho de D. Antônio Dias Adorno, morador da região. Em meados desse mesmo século, coube ao capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno a incumbência de dispersar os indígenas que perturbavam os interesses da Metrópole. Como recompensa pelos serviços prestados, recebeu quatro léguas de terra que incluíam os riachos do Caquende e Pitanga, local onde já estava instalado engenho, senzala e capela sob invocação de Nossa Senhora do Rosário (atual capela Nossa Senhora D' Ajuda).⁶ Era comum a prática clientelista ser estabelecida pelos homens para garantir o domínio colonial. Como retribuição, eram conferidas honrarias de prestígio e lealdade às ações dos benevolentes, na forma de concessão de terras, pela troca de favores e serviços.

No início do século XVII, os solos arenosos impróprios para o cultivo de açúcar, adubados com esterco, cederam lugar à produção fumageira. Cultivado em Cachoeira e na sua circunvizinhança, o fumo era primordialmente utilizado como moeda de troca no tráfico de escravos, apreciado em África por ter um sabor adocicado. Já na segunda metade desse mesmo século, o porto de Cachoeira era amplamente frequentado pelos produtores de fumo da região, existindo em 1697, quatro armazéns para guardar, especificamente, rolos de fumo.⁷

⁵ SOUZA, G. S. de. Notícias do Brasil. São Paulo: MEC, 1974.

⁶ SILVA, P. C. da. A Cachoeira e o seu município. Revista do IGHBa, Salvador, n.63, 1937.

⁷ VIANNA FILHO, Luis. O negro da Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; SCHWARTZ, Op. Cit., p. 84-85.

As terras às margens de rios e do mar eram as mais valorizadas porque poderiam servir ao escoamento da produção e servir como fonte de energia aos engenhos. Considerando ser a interlândia agrícola circundada por um verdadeiro mar interno, a função do embarcadouro e do transporte marítimo era vital para a unidade regional, bem como na relação com Salvador, que dependia desses saveiros para se abastecer de alimentos. Stuart Schwartz levantou 2.148 embarcações, realizando esse trânsito, em 1775. Nessas embarcações trabalhavam cerca de 4 mil marinheiros e pescadores, metade deles, escrava.⁸ Foi, justamente, a navegação fluvio-marítima e a atividade comercial que fortaleceram o núcleo populacional que se formava em Cachoeira.

Ainda em 1775, a Vila de Cachoeira, uma das mais extensas da Bahia até o século XIX, agrupava na forma de comando geo-político sete importantes Freguesias da região: Feira de Santana, Muritiba, Conceição de Feira, São Gonçalo dos Campos, Oiteiro Redondo, Cruz das Almas e Castro Alves. Era, também, o segundo núcleo populacional da Bahia, contando com cerca de 4 mil habitantes no perímetro urbano.⁹ Na medida que essas regiões foram se tornando independentes, com a efetiva povoação e, ainda, fixação de atividades econômicas, conseguiram, por meio de Carta Régia, tornarem-se vilas e posteriormente cidades.¹⁰ Atualmente, o Município de Cachoeira possui como distritos, além da própria sede, Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape.

Localizada numa área privilegiada, entre a fronteira do Recôncavo e do Sertão, duas regiões economicamente complementares, Cachoeira era ainda uma “porta de entrada para o sertão”¹¹ e, por isso, ponto de partida das tropas que se encaminhavam para o interior, já que litoral e Recôncavo viviam gradativamente o limiar do processo de colonização. Estas expedições são conhecidas por entradas ou bandeiras (normalmente usava-se esse termo para as tropas que partiam das regiões Sul e Sudeste do Brasil). Esses entradistas eram verdadeiros

⁸ COSTA PINTO, Op. Cit., p. 33; SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 77-78.

⁹ REIS, João José. “Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785”. Revista de História, v. 8, n. 16 (1988), p. 66. Para o Termo pertencente à Cachoeira, Schwartz calculou, em 1816, 60 mil habitantes. O mapa utilizado nessa pesquisa encontra-se nessa referência, p. 64.

¹⁰ MILTON, A. Ephemerides Cachoeiranas. Salvador: UFBA. 1979.

¹¹ SCHWARTZ, Op. Cit., p. 84.

desbravadores dos sertões¹², que enfrentavam situações inóspitas, por sua própria conta e risco, abrindo caminhos, conhecendo o oculto, buscando riquezas minerais, defendendo o território de invasores estrangeiros, ocupando e povoando o território, expulsando e dizimando o nativo, pretendendo, posteriormente, obter reconhecimento pela concessão de amplas extensões de terras.

Duas importantes vias terrestres convergiam, respectivamente, de Cachoeira e São Félix; a primeira, a Estrada Real de Gado que conduzia para as bandas do Rio São Francisco e para a rota da pecuária que, normalmente, acompanhava a atividade mineradora, e a Estrada das Minas, dirigida às regiões da Chapada Diamantina, Minas Gerais e Goiás. Além do porto, a movimentação na cidade rumo às estradas era constante durante o século XVIII, visto que a economia do açúcar estava no auge do seu preço e a abundância de ouro nas Minas do Rio de Contas se fazia presente. Açúcar, fumo, ouro e diamantes, descobertos em Mucugê e em Lençóis, no início do século XIX, eram escoados no porto de Cachoeira.

Cachoeira seguia o ritmo da atividade econômica de parte significativa do Recôncavo. “Tudo é (era) comércio, tudo é (era) atividade comercial”¹³. A feira de Cachoeira tinha, evidentemente, grande relevância e movimentação, oferecendo a venda de gêneros diversos, como algodão, alimentos, quitutes, gado, carne, couro e sebo, justamente, por ser mercado regional, ponto de parada obrigatória e transbordo do sertão. Tanto o Recôncavo quanto Salvador dependiam do sertão para suprirem-se dos gêneros citados acima; aliás, era com o couro que se enrolava o fumo e com a tração animal que se dava o transporte e a força motriz nos engenhos de açúcar. Dessa forma, pode-se dizer que litoral e interior estavam ligados num ponto comum: o porto de Cachoeira.

O viajante Robert Avé-Lallemant, médico alemão, ao visitar as províncias da Bahia, em 1855, deixou informações minuciosas acerca da importância de Cachoeira. Já nesse período havia “um vapor direto da Bahia para Cachoeira”, que fazia o trajeto duas vezes na semana. Para chegar à terra firme era necessário passar

¹² A etimologia da palavra é variada, podendo referir-se ao clima semi-árido, a região e a cultura do Nordeste, a local distante e desconhecida, o interior, as terras não cultivadas. NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

¹³ AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. “A província da Bahia”. Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, p. 65.

por meio de outro transporte, as canoas, que levavam passageiros e mercadorias, já que não existia ponte para desembarque. Essa era uma atividade comum, realizada normalmente por negros, na Baía de Todos os Santos e no cotidiano de cidades interligadas por vias fluviais, tais como Cachoeira e São Félix.¹⁴

A cidade de Cachoeira sobre o Paraguaçu é tão poderosa e importante para o comércio da Bahia, que, embora pequena e apertada na margem do seu rio, tem que ser considerada como parte essencial de todo o comércio baiano, merecendo a visita de todo viajante.¹⁵

Cachoeira chegou a ser sede do governo por duas vezes: a primeira, durante as lutas pela independência da Bahia, sendo sede da Junta Governativa e depois, do Governo Provisório em 1822, fato que, posteriormente, lhe rendeu o título de “Cidade Heróica”¹⁶. A segunda, em 1837, durante a Sabinada.¹⁷ Até a primeira metade do século XIX, Cachoeira viveu sua era de ouro, sendo considerada “[...] sem dúvida a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil. Numerosas vendas e armazéns cheios de vários artigos europeus revelam o alto grau de movimentação de seu comércio”.¹⁸

Do povoado primitivo sobre uma colina, a cidade se expandiu ao longo do Paraguaçu, com seus sobrados. Para geri-la era preciso organizar sua infraestrutura, com a pavimentação de ruas, construção de chafariz público, pontes e cais. A partir do crescimento da cidade instalada num vale e cercada por morros, foi necessário aterrar parte do rio, na segunda metade do século XIX. No período colonial, era frequente medir a colonização a partir da ocupação territorial e não do crescimento populacional, conforme se expandiam engenhos e igrejas, e com estas irmandades e devoção aos santos, elemento marcante da religiosidade local elaborada entre as igrejas e terreiros de candomblés.

A decadência de Cachoeira como zona de afluência, iniciada na segunda metade do século XIX, ocorreu devido a queda progressiva da produção econômica.

¹⁴ O “Vapor Cachoeira” realizava o trânsito entre capital e seu Recôncavo desde 04/10/1819, tendo exclusividade no serviço durante 14 anos, com alguns intervalos se fez presente nas águas do Paraguaçu até a década de 60 do século XX. Ver Jornal A Tarde, 04/10/2009.

¹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Op. Cit., p. 58.

¹⁶ Foi considerada Cidade Monumento Nacional através do Decreto nº 68.045, de 18/01/1971.

¹⁷ MILTON, A. Ephemérides Cachoeiranas. Salvador: UFBA, 1979.

¹⁸ SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo ; Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos ; Instituto Nacional do Livro, 1976; SCHWARTZ, Op. Cit., p. 82. Constatação da sua riqueza obtida junto aos dados referentes à contribuição que coube a cada vila para reconstrução de Lisboa no terremoto sofrido em 1755.

Motivados, primeiramente, pelo o fim do tráfico e depois com a abolição da escravidão, somados a dois outros motivos destacados por Avé-Lallemant que, possivelmente, levaram a produção açucareira na Bahia à decadência: a produção do açúcar de beterraba na Europa e a dificuldade para escoar a produção local devido à falta de estradas.

Cachoeira perdeu, ainda, parcela significativa da sua população, que se deslocou para outras regiões, cerca de 1/3, devido a crise fumageira. Por outro lado, algumas construções são realizadas nesse período, talvez como tentativa de recuperar seu faustoso brío: a Estrada de Ferro da Central da Bahia (déc. 1860/70/80), a Ponte D. Pedro II (1882-1885), Hidrelétrica de Bananeiras (1907-1920), e a rodovia Salvador-Feira de Santana (1924-1928).

Na segunda metade do século XIX acontece, de fato, a elaboração urbana do Recôncavo, a partir da modernização dos transportes. Inicia-se, em 1860, a Era Ferroviária, período do vapor e da mecânica. Começa a se pensar na organização de uma estrada de ferro Tram Road Paraguassu, que partiria de Feira de Santana, por ter se tornado, no período, a principal praça comercial da Bahia. No entanto, a construção da rede ferroviária seguiu outro caminho, partiu dos portos mais solidificados: Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré. A Estrada de Ferro Central da Bahia partia de Cachoeira rumo a Feira de Santana, onde chegou em 1887, sendo sua construção motivada pelas minas de diamantes, pois “[...] a Chapada era então o maior cliente do comércio da Bahia”¹⁹. Com as estradas de ferro, os portos começaram a se especializar. Cachoeira na exportação do fumo e Santo Amaro na exportação de açúcar. O primeiro obtinha vantagem sobre o segundo por ser um centro comercial que aglutinava variada atividade econômica.²⁰

A rede ferroviária instalada na região foi a grande responsável pela requalificação espacial, inclusive, na estrutura da propriedade rural, dando nova feição ao interior, desenhando uma fisionomia urbana à paisagem colonial. As ferrovias, no entanto, não eram interligadas, tornando-se necessária a implantação de estradas de rodagens. A conclusão da rodovia Salvador-Feira, em 1924-1928, e sua interligação com ferrovias baianas termina por fazer com que o porto de Cachoeira perdesse de vez suas

¹⁹ SANTOS, Op. Cit., p. 77.

²⁰ OTT, Carlos. O povoamento do Recôncavo por seus engenhos (1536-1888). Bahia: Bigraf, 1996, p. 60.

funções viárias, iniciadas com a crise da agro-indústria açucareira e fumageira.

O fumo deixou de servir ao comércio negreiro e passou a ser produzido por indústrias tabaqueiras em processo de expansão, apoiadas na experiência cubana, instalando-se na Bahia pela região do Recôncavo, mais especificamente, em Maragojipe e São Félix em fins do século XIX e, posteriormente, em Cachoeira. Havia, em 1892, na Província da Bahia, 12 (doze) fábricas de charutos: 06 (seis) em São Félix, 04 (quatro) em Salvador, e 02 (duas) em Maragojipe. No início do século seguinte, o aumento do consumo de charutos e cigarrilhas manufaturados, em nível mundial, impulsionou o alargamento da produção nas fábricas e na abertura de novas unidades fabris em Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas. A fábrica de charutos Leite&Alves, uma extensão da Fábrica de cigarros São Domingos, com sede em Niterói - Rio de Janeiro, desde 1881, instalou-se em Cachoeira em 1936, continuando presente no município até a década de 70 do século XX, quando foi comprada pela Empresa H Madeiro, devido a recorrente crise fumageira que se prolonga até os dias atuais.

A mão-de-obra utilizada no fabrico do charuto, produzido de forma caseira ou industrial, era exclusivamente feminina. Os homens estavam ligados às plantações e aos armazéns de fumo. O ofício de charuteira dava a essas mulheres uma maior autonomia social. Ascendendo econômica e socialmente elas poderiam manter suas famílias e, por isso, passaram a ocupar lugares de poder na rígida sociedade patriarcal. Essa brecha no mercado de trabalho deve-se à lógica capitalista que, diante da precariedade social da região, naquele contexto, se utilizou da mão-de-obra farta e barata. Somando-se à disponibilidade ao trabalho, as mulheres se mostravam hábeis, cuidadosas e exímias no trato com o fumo.²² Tendo em vista que o emprego significava para as mulheres instrumento de acesso a autonomia de gênero, o trabalho com o fumo proporcionou para as charuteiras, mesmo considerando as formas de exploração às quais estavam submetidas, uma especialização profissional. Engendrou, ainda, uma reconfiguração na estrutura familiar e, conseqüentemente, um alargamento no espaço de atuação da mulher.

²¹ ALVES, José Ramos de Almeida. Palestra proferida no Rotary Club Cachoeira - São Félix, 9 de abril de 1952. Correio de São Félix. n. 876, 26/04/1952.

²² As memórias das mulheres dessa região fumageira, inclusive das Irmãs da Irmandade da Boa Morte de Cachoeira, apontam para o mundo do trabalho, segundo a Irmã Maria da Glória dos Santos naquela época “quem não trabalhava na fábrica, trabalhava nos armazém”.



Considerando sua trajetória e significância, Cachoeira deixou suas marcas históricas como registro do brio do seu passado, inscritas na cultura material e imaterial. A região de maior relevância para a economia da Capitania da Bahia, nos três primeiros séculos de história luso-afro-americana, atualmente, sobrevive do turismo cultural. Os turistas, estudantes e pesquisadores que se dirigem, atualmente, a Cachoeira buscam suas peculiaridades locais: seu sítio arquitetônico, seus casarios e sobrados, suas comidas, seus ritmos, suas festividades, sua religiosidade, enfim, seu imensurável patrimônio cultural.



Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: Entre o Aiyê e o Orum

* Magnair Santos Barbosa

“[...] abaixo dos santos, mas acima dos vivos,
havia os mortos”. Gilberto Freyre

Panorama da formação e expansão das irmandades leigas

No Império Romano, início da era cristã, encontra-se o embrião das irmandades cristãs, chamadas, todavia, de pagãs, por serem, naquele período, marginalizadas pelas autoridades. Como um movimento social, acoplava cristãos das mais diversas cidades para atuar em favor dos necessitados, praticando a assistência social, o culto cristão e funeral decente aos sócios. Após a oficialização do cristianismo como religião oficial no século IV, coube à Igreja a responsabilidade sob a organização das irmandades oficiais. Para tal, foi preciso praticar uma “política da permissividade controlada”, ou seja, manter costumes tradicionais (ritos e banquetes) para destruí-los sublimemente através da aplicabilidade de planos políticos, a exemplo, a fundação de irmandades leigas.²³

²³ SILVEIRA, Renato da Silveira. O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Ketu. Salvador: Edições Maianga, 2006, p. 128-131. Dentre os planos Silveira apresenta três paralelos – os deliberativos: concílios e sínodos, os executivos: estatutos, catecismos, e sermões e o organizativo externo, porque apoiava nos primeiros, internos: irmandades leigas.

* Historiadora.



Seria uma espécie de assimilação de signos/símbolos para conferi-los novos significados pela incorporação de conteúdos cristãos.

O uso da imagem e dos códigos mentais que a mesma comporta foi utilizado como mecanismos de comunicação e educação da mensagem cristã para amaciar psíquica e culturalmente as populações tidas por primitivas e iletradas. Oficializado o culto às imagens, o culto aos santos passou a ser aceito e esteve primordialmente alicerçado nas irmandades leigas, que formavam uma “sociedade social cristã integrada por nativos” nos territórios colonizados. A partir dessa política cristã de adaptação cultural, praticada amplamente no séc. VIII, a Igreja passou a tolerar paraliturgias, ou seja, renovações celebrativas, tais como bênçãos e coroações, declinando-se também para festividades: santos padroeiros, culto aos mortos, aniversários de evangelistas, festas da Virgem Maria, além de festas pagãs que foram concomitantemente incorporadas ao calendário eclesiástico.

[...] psicologicamente a imagem desempenha um papel relevante no dispositivo colonizador, ao contribuir para a formação da mentalidade submissa; e socialmente é o ponto de atração do “rebanho disperso” na confraria: a existência da imagem é portanto uma condição fundamental para a aglomeração das ovelhas em uma instituição em que as mentalidades possam ser convenientemente condicionadas.²⁴

Durante a Idade Média as confrarias católicas leigas se espalharam pela Europa. Divididas entre irmandades e ordens terceiras, tinham por principal atividade servir aos desvalidos através da caridade. Riolando Azzi as diferencia a partir dos seus dirigentes. As primeiras formadas tanto por religiosos quanto por leigos, sendo uma extensão das corporações de artes e ofícios. Já as segundas obtinham maior prestígio por agrupar as ordens conventuais medievais, franciscanas, carmelitas e dominicanas.²⁵

Em Portugal, as irmandades leigas, bem mais numerosas, expandiram-se da metrópole lusitana para o Império Ultramarino, ao qual estava inclusa a colônia brasileira, para onde foram transportadas suas formas básicas de organização.

²⁴ SILVEIRA, Op. Cit., 2006, p. 133.

²⁵ AZZI, Riolando. “A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial”. In: História da Igreja no Brasil. Petropolis: Edições Paulinas; Vozes, 3.ed., 1983. REIS, João José. As irmandades. In: A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 49.

A Igreja, todavia, se responsabilizava por fiscalizar e supervisionar essas associações nos territórios colonizados, como parte da política colonialista de dominação.²⁶

A caridade sempre foi um exercício de poder e demarcação social entre os nobres lusitanos para com os desprivilegiados. Logo, as Santas Casas de Misericórdia, confrarias com funções de auxílio aos carentes, se estruturaram, justamente, para cumprir prerrogativas desse espírito benevolente e cristão.²⁷ Exercendo obras de misericórdia, proviam assistências hospitalares e funerárias, intercediam, ainda, perante aos doentes, aos presos e às mulheres – principalmente as viúvas e as órfãs (casando muitas delas) – e às crianças abandonadas, estas últimas deixadas à valia, numa espécie de roda giratória conhecida por “roda dos expostos”. No ultramar, essas confrarias eram responsáveis, também, pela organização religiosa, financiada pela Coroa Portuguesa. No Brasil, tendeu a acompanhar a rota de exploração econômica do território, expandindo-se do litoral para o interior e, assim, na Bahia, da Capital e do seu Recôncavo para o sertão.²⁸

Enquanto a Igreja cuidava do espírito por meio dos trabalhos missionários, divididos complementarmente entre as ordens seculares (Irmandades e Ordens Terceiras), a Misericórdia se concentrava na assistência física, no cuidado com o corpo e, na falta deste, com a alma dos mortos, no exercício de serviços funerários. As funções não eram tão harmônicas como parece, haja visto o monopólio das Misericórdias que não era aceito por agentes religiosos regulares (Ordens Primeiras) que, por vezes, organizavam-se em confrarias afins para conquistar o espaço social ocupado pelas Santas Casas.

As confrarias leigas realizavam as partilhas das doações dos seus sócios cabendo-lhes, por vezes, parcela expressiva nos testamentos, principalmente, daqueles que queriam, após sua morte, continuar contribuindo com as obras assistencialistas, até porque a caridade era, na mentalidade cristã, um dos meios para se ingressar

²⁶ SILVEIRA, Op. Cit., 2006, p. 128-129. Para o Brasil Alberto da Costa e Silva prefere diferenciar os termos a partir de parâmetros étnico-raciais, sendo as irmandades formadas por negros e/ou pardos e as confrarias exclusivas de brancos.

²⁷ Ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1750. Brasília: Unb, 1981.

²⁸ ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares do além-mar” na formação do império português. História, Ciências e Saúde. Manguinhos, v 8, n.3, p. 591-611, set./dez. 2001.

no reino celestial. Muitas vezes as deixavam, também, por testamento, responsáveis pela quantia referente ao dote e por providenciar casamentos de mulheres, principalmente, as órfãs.

Existia, no mundo luso-português, e esse modelo não foi diferenciado no Brasil, duas tendências na formação de irmandades, que dizem respeito aos seus integrantes. De um lado, irmandades cujos sócios pertenciam a diversificadas classes sociais, de outro, irmandades específicas para diferentes segmentos, divididos por ofícios, estatuto social, e/ou cor da pele, ambas ligadas a um santo de devoção.²⁹ Na Bahia setecentista, por exemplo, a maior parte dos comerciantes se dividia nas Ordens Terceiras de São Francisco e São Domingos, os sapateiros e seleiros na Confraria de São Crispim, os ferreiros e serralheiros na de São Jorge, e os pedreiros, carpinteiros, torneiros e canteiros na de São José.³⁰

Para ser oficializada e reconhecida pela Igreja e pelo Estado, toda e qualquer irmandade deveria redigir um estatuto, chamado, também, de compromisso e encaminhar às suas instâncias superiores para tê-lo sancionado. Nele, estavam contidos o calendário festivo, os direitos (assistência jurídica e médica, ajuda na compra de alforria ou necessidade financeira, enterro decente na igreja), deveres e obrigações (boa conduta, bom comportamento, participação nas cerimônias religiosas e civis, pagamento da anuidade), além das formas de admissão de novos membros (condição racial ou social) e critérios para compor a mesa.³¹

Era o compromisso que regulava administrativamente a irmandade, normatizando, disciplinando e organizando as relações no seu interior, através de uma mesa hierárquica, cujos cargos tinham funções específicas. Segundo o direito canônico, as irmandades leigas deveriam ser organizações voluntárias e independentes³², onde, para se associar, era necessário prover de uma jóia (espécie de anuidade e parte da receita) com as quais os próprios integrantes encarregavam-se da manutenção do culto. Seus integrantes exerciam funções religiosas, devocionais, festivas, assistenciais, funerárias, políticas e sindicais.

²⁹ MATTOSO, Kátia M. Queiróz. A Bahia No século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 397.

³⁰ FLEXOR, Maria Helena. Ofícios mecânicos na cidade do Salvador. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1974, p. 22; OLIVEIRA, L. Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, p.92.

³¹ REIS, Op. Cit., 1991, p. 50; 53. Nas irmandades nobres comumente era solicitado aos candidatos a irmãos comprovação de “pureza de sangue”, ou seja, que não tivesse descendência moura, indígena, africana, judia ou qualquer outra raça tida por impura ou infecta.

³² O que de fato não acontecia, era comum na Bahia a aliança informal entre as irmandades, inclusive aquelas de diferentes cultos.

Catolicismo negro na América Portuguesa

O processo de cristianização teve como ponto de confluência a cooptação de populações diversas ao catolicismo. Parece ser este um dos motivos para se tolerar ou mesmo motivar a devoção aos santos de cor. O antropólogo Júlio Braga pensa terem sido as irmandades negras utilizadas como “meio de controle social” e ainda “instrumento poderoso de submissão para o escravo”³³, caracteres estes enfatizados pelos estudos que vêem essas organizações religiosas como instrumento de acomodação e de aculturação. Fato é que os africanos transportaram para as associações religiosas cristãs um ethos identitário de ser, pensar, agir e cultivar.

Alguns estudiosos insistem em pensar as irmandades no contexto da permissividade aos africanos, como forma de concessão, tal como nas festividades – lundus, batuques, calundus, mascaradas, reinados –, tidas por alguns senhores de engenho como forma de distrair os escravos e distanciá-los de subversões. Seria a devoção aos santos católicos por africanos, dentro dessa lógica de análise, um meio de atração à religião do branco com o conseqüente controle e vigilância sobre os comportamentos.

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito, pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho [...].³⁴

Todavia, essas organizações foram verdadeiras vias de mão dupla, pois podiam servir como “instrumento moderador de tensões sociais”, mas, também, legitimar aos africanos e seus descendentes um cunho institucional para além da esfera religiosa, fazendo deles agentes políticos. Ao participar de práticas católicas, os escravos podiam se projetar para além das fronteiras do trabalho, seja esse exercido num âmbito mais privativo e fechado das senzalas, ou urbano, mais aberto

³³ BRAGA, Júlio. As irmandades de cor: generalidades. In: Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor. Salvador: Ianamá, 1982, p. 92.

³⁴ ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo: Nacional, 1967, p. 159; 164.

e flexível, onde era possível ainda reunir-se nos cantos³⁵. Movimentando-se no mundo dos brancos, os negros catolizados podiam gozar de certa isonomia social, pelo menos no âmbito da representação, na medida em que faziam suas festas, procissões e enterros igualmente suntuosos.

Pertencer a uma irmandade numa sociedade colonial era a forma mais aprazível de introjetar na população uma identidade cívica, de congraçamento com o território e com o outro. “[...] Os negros não podiam ser, sentir-se e parecer brasileiros sem ser ao mesmo tempo católicos”³⁶, por isso, institucionalmente, a irmandade deu um passo à frente para a cidadania ou, por meio desta, podia-se contemplá-la. Provavelmente por esse motivo grande parcela dos africanos, independente do seu estatuto legal, integrava as fileiras dessas associações.

Na Bahia, até a primeira metade do século XIX, havia 36 irmandades de crioulos, africanos, escravos e libertos, cujos sócios computavam cerca de 90% do total de africanos e seus descendentes, sendo comum a participação em múltiplas irmandades.³⁷ Já para a Cidade do Salvador do século XVIII, Lucilene Reginaldo encontrou 16 irmandades negras³⁸:



FREGUESIA	IRMANDADES
São Salvador da Sé	Bom Jesus da Ressurreição; São Benedito; Santa Ifigênia
Nossa Senhora da Vitória	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Nossa Senhora da Conceição da Praia	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; São Benedito; Senhor Bom Jesus da Redenção
Santo Antônio Além do Carmo	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
São Pedro	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Santo Antônio de Categeró; Santo Rei Baltazar
Senhora Santana	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Santíssimo Sacramento da Rua do Passo	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Senhor Bom Jesus dos Martírios
Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; São Benedito

³⁵ REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas véspera da Abolição”. Revista Afro-Ásia, n. 24, 2000. “Canto” é um conceito utilizado para especificar os grupos de trabalhos de escravos e libertos organizados etnicamente nas ruas da Bahia.

³⁶ PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. In: CAROSO, Carlos & BACELAR, Jeferson (Org.). Faces da Tradição Afro-Brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999, p. 96.

³⁷ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. O liberto: seu mundo e os outros. Salvador: 1790-1890. Corrupio. Dados obtidos junto a testamentos de libertos.

³⁸ Conforme quadro apresentado por REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de Doutorado, UFBA, 2005.



As irmandades que obtinham a preferência dos homens pretos da Bahia, foram aquelas de invocação a Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga devoção do Brasil, e a São Benedito. Algumas ordens religiosas são responsáveis pela propagação de santos específicos entre as populações colonizadas. Difundido no país de origem (Itália), este foi o caso de São Benedito que, por ter pertencido à Ordem Franciscana, foi amplamente divulgado nas atividades missionárias desses religiosos na América Portuguesa. Além desse orago, outros santos pretos tiveram grande aceitação entre os irmãos de cor da Bahia. Santa Ifigênia substituída, contudo, por Santa Luzia no Convento de São Francisco na Cidade do Salvador pelos frades alemães ³⁹, Santo Elesbão, difundido pelos carmelitas ⁴⁰, Rei Baltazar ⁴¹ e Santo Antônio de Categeró ou Categerona ⁴², popular tanto em Portugal quanto em Angola, além das invocações de Nossa Senhora ⁴³. A escolha do santo protetor perpassava pela mentalidade afetiva, através de afinidades mantidas com sua trajetória, história de vida e morte, e agruras.

A diáspora e a escravidão dissolveram os laços familiares consangüíneos africanos, entretanto, pelo catolicismo negro tornava-se viável uma reaproximação de laços sócioafetivos, e assim foi feito pela tipologia do termo “parente”, tão presente quando se consulta os documentos internos das irmandades negras.

No falar português dos africanos no interior das irmandades, ser “parente” é muito mais que ser “irmão”. A irmandade implica uma vaga noção de que todos são “irmãos de compromisso”, expressão comum a todas as irmandades de pretos, pardos e brancos. Já ser “parente”, indica um vínculo constituído a partir de uma identidade étnica calcada na reconstrução de um passado comum e de uma organização social e religiosa presente. ⁴⁴

As irmandades de cor tinham como marca de distinção um conjunto diversificado e complexo de identidades étnicas. Além disso, a condição jurídica era uma

³⁹ PINTO, Tânia Maria de Jesus. Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia Colonial. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000, p. 46.

⁴⁰ Presente na Igreja de São Lourenço na Ilha de Itaparica.

⁴¹ Compromisso da Irmandade do Glorioso Santo Rei Baltazar da Igreja da Freguesia de São Pedro da Cidade do Salvador, IAN/TT, Chancelarias Antigas – Ordem de Cristo, Livro 297.

⁴² Compromisso da Irmandade de Santo Antônio de Categerona na matriz de São Pedro na Cidade da Bahia, 1699.

⁴³ Diversas irmandades na capital e nas vilas da colônia tiveram invocação de Nossa Senhora: Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Boa Morte.

⁴⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 222.

forma de distinguir a posição social ocupada pelo africano no mundo colonial, transportada para as irmandades que os dividiam entre livres e cativos. Desde o reino português “as diferenças de cor de pele foram lidas como marcas simbólicas de distinção social” ⁴⁵, mas as formas como se delinearão no contexto da colônia brasileira ganharam traços locais, tendo em vista que a cor da pele ditava os limites entre liberdade e escravidão. Os pardos forros, normalmente, conseguiam uma ascensão na hierarquia social no que diz respeito a uma melhor condição econômica, dificilmente atingida pelos escravos, já que os libertos e os pardos livres formavam a ala trabalhadora urbana manual de Salvador, mesmo com os mecanismos limitativos e de regulação inerentes de uma sociedade colonial, desigual e, por isso, excludente.

Os pardos e os crioulos ocuparam, por vezes, posições sociais destacadas, exaltando traços da fidalguia conquistada pela minimização dos rastros africanos. Por isso, Luís dos Santos Vilhena, professor de grego e cronista da Cidade do Salvador no século XVIII, diz serem “[...] soberbos, e pouco amigos dos brancos, e dos negros, sendo diferentes as causas” ⁴⁶. Dissociados do projeto de recomposição de uma África no Brasil, constituíram irmandades separadas, impedindo às vezes a participação de africanos ou limitando seu acesso aos cargos diretivos. Tentando demonstrar o poder de uma categoria em ascensão, possivelmente, exercendo o comércio e a posse de terras e a de escravos, pardos e crioulos também se vinculavam às Ordens Terceiras, formando arquiconfrarias, ou seja, filiais de uma confraria, obtendo, com isso, alguns privilégios e indulgências. Pode ter sido nessas condições que se formou, na Vila de Cachoeira, em 1720, a Venerável Ordem dos Cordigérios da Penitência do Patriarca São Francisco de Assis, criada por pardos livres. ⁴⁷

Seguindo as formas de organização das irmandades negras, os estudos clássicos tendem a apontar para exclusivismos étnicos, a partir da procedência de nação. Estariam, na Bahia, divididas assim: a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, composta exclusivamente de africanos da nação angola, a devoção do Senhor

⁴⁵ LARA, Sílvia Hunold. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 156.

⁴⁶ VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador: Itapuã, 1969, v. 1, p. 53.

⁴⁷ Compromisso da Venerável Ordem dos Cordigérios da Penitência do Patriarca São Francisco de Assis, Vila de Cachoeira, AHU, Códice 1662.

Bom Jesus das Necessidades por jejes, a de Nosso Senhor dos Martírios – exclusiva de homens – e a de Nossa Senhora da Boa Morte – exclusiva de mulheres – pela nação ketu.⁴⁸ Verger, em trabalho posterior, irá rever suas observações acerca das nações, entretanto, persistindo no mesmo erro, dividindo-as etnicamente.

[...] os negros africanos agrupam-se por nações de origem; os angolanos e congolezes formam a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na praça do Pelourinho; os daomeanos, a de Nosso Senhor das Necessidades e da Redenção, na capela do Corpo Santo e os Nago-Yorubás, esta formada por mulheres é a de Nossa Senhora da Boa Morte, na pequena igreja da Barroquinha.⁴⁹

A idéia de transposição de nação, ou seja, de toda uma estrutura fincada em laços consanguíneos, lingüísticos, culturais e religiosos para o Brasil, termina por congelar historicamente as experiências identitárias, formadas na travessia e vividas material e afetivamente do outro lado do Atlântico. Seria, então, anacrônico pensar a nação tal como em África, diante da complexidade das relações mantidas pelos africanos no Novo Mundo. Mostra-se mais apropriado utilizar a terminologia “nação” quando o referencial for o tráfico atlântico, por ter servido de sistema classificatório entre africanos e autoridades coloniais, como categoria de identificação. Os escravos recebiam nomes católicos seguidos da informação sobre a nação, que comumente nominavam os portos de embarque. Por isso, “nação” diz respeito a configurações étnicas, a uma referência ao passado, não se estendendo aos descendentes, e a grupos étnicos. Pertencer a uma nação no Império Português designava uma reelaboração identitária e étnica, e ainda, o reconhecimento como grupo.⁵⁰

As irmandades fundadas por brancos foram, ao longo do século XIX, entrando em decadência. Muitas se extinguíram por ser fechadas o bastante para não aceitarem a participação de negros e crioulos que ascendiam econômica e socialmente, tendendo participar das irmandades de prestígio.⁵¹ Restaram, com o tempo, aquelas administradas por negros e crioulos que se organizavam por et-

⁴⁸ CAMPOS, João da Silva. Procissões Tradicionais da Bahia. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, 1941, p. 494; CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; VERGER, Pierre. Orixás: Deuses na África e no Novo Mundo. São Paulo: Corrupio, 1981, p. 28.

⁴⁹ VERGER, Pierre. Notícias da Bahia, 1850. Salvador: Corrupio, 1981, p. 65.

⁵⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII. Estudos Afro-Asiáticos, v. 26, n. 2, 2004.

⁵¹ MATTOSO, Kátia M. Queiróz. A Bahia no século XIX: uma província no Império. p. 402.

nias ecléticas de origens jeje, angola, ketu, hauçás, forjando alianças interétnicas, que faziam essas fronteiras fluidas no contexto das conveniências, o que, muitas vezes, resultou na exclusão de algumas etnias, quando se objetivava afirmar grupos majoritários.

No entanto, era comum a participação de brancos como irmãos honoríficos nas irmandades negras, como figuras mediadoras, de boa conduta, de respaldo diante da justiça, responsáveis pela manutenção da ordem e, por isso, nomeados para cargos relevantes nas mesas. Eram normalmente funcionários do Estado e membros da Câmara de Vereadores, com poderes para interceder junto aos órgãos públicos em favor das irmandades. Pagando elevadas jóias, eles investiam nas solenidades, financiando as festas do patrono e, em contrapartida, passavam a ter a cumplicidade dos irmãos. Pelo menos dois governadores da Bahia, Conde dos Arcos (1810-1818) e Conde de Sabugosa (1729-1735), durante o exercício dos seus governos, foram membros honoríficos da Irmandade negra Senhor Bom Jesus dos Martírios, da Igreja da Barroquinha. Traçavam-se, então, verdadeiras relações clientelistas entre brancos e negros no seio das irmandades, onde prevaleciam “vínculos pessoais de lealdade” e de interesse mútuo.⁵²

Festejar seus santos: “catolicismo barroco português abraçado”⁵³

As culturas diversificadas no contexto do Novo Mundo foram se remodelando, gerando novas construções. Concomitante ao catolicismo oficial, onde prevaleciam deveres e obrigações (missas, jejuns, comunhão) entrou no Brasil uma “religiosidade intimista-sentimental”, mais aberta a assimilações. Amalgamou-se um catolicismo popular que abarcou influências dos cultos judaico, africano, indígena e português, visíveis no culto aos mortos e às santidades, na veneração a Nossa Senhora, nas artes mágicas e no gosto pelas festas, danças, rituais e procissões. Estabeleceu-se um ambiente de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”, de estreita relação pessoal e direta com os santos de devoção, quase que contratual quando a meta era obter um benefício.⁵⁴

⁵² SILVEIRA, Op. Cit., 2006, p. 148-149. Só poderiam ser irmãos honoríficos pessoas recatadas, por isso seus nomes deveriam normalmente ser de apreço do Chefe de Polícia, já que não poderiam ter na ficha delitos graves e contestação política.

⁵³ Terminologia utilizada pelo Pe. Sebastião Heber, Jornal A Tarde, 25/07/2009, para o catolicismo tipicamente praticado na Bahia.

⁵⁴ MATTOSO, Kátia M. Queiróz. A Bahia No século XIX: uma província no Império, p. 390-391.

Algumas irmandades se constituíram a partir da devoção a santos específicos, tradicionalmente festejados através de pomposas procissões. Muitas delas nunca foram oficializadas, no entanto, exerciam as mesmas funções, sendo legitimadas pelo “direito natural”. Parece ter sido este o caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira.⁵⁵ As irmandades estavam divididas sob invocações dos santos padroeiros, grande parte habitando uma mesma igreja, nos altares laterais, até que conseguissem construir sua própria sede.⁵⁶

Na Bahia, instalou-se o primeiro Bispado (1551) e Arquidiocese (1675) do Brasil. Faziam parte da rotina dessa cidade as procissões para comemorar datas importantes da Igreja e do Império, momento onde era montado um verdadeiro espetáculo de rua. Existiam dois tipos diferentes de procissões: as solenes ou gerais, e as devocionais. As primeiras, públicas, e as segundas, realizadas pelas irmandades, conforme autorização prévia do ordinário, diferente das primeiras, por estarem previstas no “Direito Canônico, Leis e Ordenações do Reino e costumes” pelo Arcebispado.⁵⁷ As mais conhecidas procissões solenes e seus agentes organizadores eram a Sexta-feira da Paixão (religiosos do Carmo), a Onze mil Virgens (Companhia de Jesus), a São Francisco Xavier e a São Sebastião (Senado da Câmara), a Corpo de Deus e do a Santíssimo Sacramento, entre outras.

A festa do padroeiro era o evento de maior destaque dentro da irmandade. Logo, para sua realização, se concentravam os esforços da mesa diretora. Nesse momento, as rivalidades e as alianças existentes entre as irmandades negras, pardas e brancas, tornavam-se visíveis, publicamente.

Cada posição na procissão era juridicamente discutida e disputada, logo “[...] a mais pequena modificação do lugar atribuído a uma pessoa num cerimonial

⁵⁵ Não existe documentação interna, livros de registros e prestações de contas, muito menos compromisso da Irmandade da Boa Morte de Cachoeira. A única fonte que se pode ter acesso tem como suporte documental a oralidade das irmãs.

⁵⁶ Construir a própria igreja era um empreendimento dispendioso, por isso diversas irmandades nunca conseguiram sair dos altares laterais. Talvez seja por isso que o Pe. Sebastião Heber aponta terem existido, em toda a Bahia, inúmeras irmandades sob invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, muitas, provavelmente, foram devoções não chegando a formular compromissos nem erigir seu próprio templo.

⁵⁷ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Lisboa, 1719), São Paulo: Typografia Dois de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes, 1853, Livro III, Títulos XIII, XIV, XV. As Constituições Primeiras, instituídas em 1707, tentaram regular as irmandades, no entanto, estas ficaram sob a jurisdição das instâncias locais, a Câmara de Vereadores, a Cúria Metropolitana e, quando necessário, do Tribunal da Relação. Na prática, as irmandades conseguiam driblar a fiscalização, gozando assim, de certo autocontrole e autogestão.



equivalia a uma alteração da sua posição social.”⁵⁸ As irmandades não oficializadas eram excluídas da cena de brilhantismo e de legitimação política, enquanto que as oficializadas ocupavam no cortejo a posição conforme a antiguidade.⁵⁹ Além da procissão, a celebração contava com atos litúrgicos – missa, pregação e sermão – entoados nas músicas especiais para a ocasião. A festa religiosa de forte herança portuguesa fora adaptada às peculiaridades locais, com danças, músicas, mascaradas, comilanças e bebidas alcoólicas.

Um elemento que demonstra o diálogo elaborado na diáspora africana e reelaborado espacialmente no Brasil é a representação de reis negros nas irmandades. Dessas conexões, surgiram as festas de coroação de reis, às vezes, aceitas e até praticadas sob formas ibéricas, outras, perseguidas pelas autoridades senhoriais. Para os africanos poderia representar a memória da terra natal, já para os colonizadores, o Império conquistado em nome de Cristo.⁶⁰

No jogo entre a permissão e repressão se encontrava a maioria dos festejos. A irmandade católica era a via de plena aceitação, entretanto, estavam todos à mercê da conjuntura e dos agentes que assumiam as posições de mando. Os reis simbólicos das coroações encarnavam autoridades, desconhecidas daqueles que não compactuavam dos mesmos códigos culturais. Além disso, eram celebrados e instituídos no interior das irmandades:

A diferença entre a corte das irmandades do Brasil é que aqui os dois segmentos da mesa (os cargos executivos e os títulos de nobreza) se separam: enquanto os juízes e a mesa se encarregam da direção da irmandade, os reis encabeçam agremiações chamadas de “reinados”, “estados imperiais” ou, mais comumente, “folias”.⁶¹

Essas realezas poderiam encarnar personagens subversivos, com autoridades reconhecidas, já que conseguiam manter sob seu controle o contingente africano da irmandade, cuja atuação poderia, ainda, extrapolar as fronteiras espaciais, a depender da abrangência desse poder constituído simbolicamente e exercido de

⁵⁸ PAIVA, José Pedro. *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)*. In: JANCÓS, I.; KANTOR, I. (Orgs.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 85.

⁵⁹ SILVEIRA, Renato da. *Sobre o exclusivismo e outros ismos das irmandades negras na Bahia colonial*. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Everton; SAMPAIO, Gabriela (Orgs.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA, Corrupio, 2006, p. 180.

⁶⁰ MELLO E SOUZA, Marina de. *Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural*. *Revista Afro - Ásia*, n. 28, 2002, p. 127-129.

⁶¹ SOARES, Op. Cit., 2000, p. 154.

fato na vida cotidiana. O reinado africano era perigoso por ser reconhecido pelos seus súditos, no entanto, eram normalmente patrocinados pelos seus senhores que, porventura, pagavam as taxas anuais dos seus escravos e jóias previstas para cada cargo ocupado: rei, rainha, príncipe ou princesa. Provavelmente, assim o faziam por devoção ou porque o destaque do seu escravo aumentava-lhe o prestígio perante a sociedade.

As primeiras proibições aos reinados que se conhece na Bahia referem-se às praticadas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em 1729. A partir desse período, os reinados foram intensamente repreendidos pelas autoridades coloniais. Como lei e prática se distanciavam na colônia, as coroações continuaram a ser realizadas nas irmandades, previstas, inclusive, nos compromissos aprovados até, pelo menos, o século XIX, quando não mais se encontra referenciais na documentação.⁶² Fato que não comprova seu desaparecimento, uma vez que os documentos oficiais poderiam omiti-lo, prevendo perseguição. Poderiam, ainda, ter se separado institucionalmente das irmandades, mantendo, todavia, vínculos estreitos, inclusive, com os mesmos participantes.

Os santos católicos já se faziam presentes na África através das atividades missionárias desde o processo de conversão no Reino do Congo, que se iniciou no século XV e, posteriormente, levado a outras regiões como Angola, São Tomé e Moçambique. O catolicismo negro estava em curso antes da travessia do Atlântico, visto que muitos africanos vieram para o Brasil já convertidos. Em território africano, o culto dos santos católicos foi acoplado às religiões tradicionais. Esse modelo, também, se fez presente no Brasil. Novas formas culturais foram criadas, marcadas pela violência da escravidão, pela dominação colonial e pela insígnia de serem os negros, estrangeiros e escravos.

Os santos tornaram-se meio de ligação com o outro mundo, o mundo do além, dos ancestrais, de onde poderia sair a solução para os problemas do mundo dos vivos. Ao assimilar elementos da cultura popular ibérica e, por isso, pagã, os santos intercediam para a cura, para afastar epidemias e trazer chuva. Em algumas regiões da África, o minkisi⁶³, objeto mágico-religioso, tinha a função de garantir

⁶² MELLO E SOUZA, Op. Cit., 2002, p. 236.

⁶³ Existem outras grafias para o termo minkisi: nkisi, inkisi ou inquice.

a fertilidade do solo e das mulheres ou, ainda, de provocar doenças. Podem-se perceber dois pontos centrais no minkisi, o primeiro diz respeito à importância do ciclo da vida e o segundo do entrelaçamento do bem e do mal.⁶⁴

Pompa para festejar a vida e a morte, essa era a regra nas irmandades negras coloniais. Desde o século XVII, os funerais suntuosos eram verdadeiros ritos de passagem, numa tentativa de igualarem-se às irmandades brancas. A exuberância prescrevia prestígio à associação, visto que poderia atrair novos membros.

O medo de ter o corpo insepulto ou ser sepultado sem honra pela Santa Casa faz com que os pretos queiram um funeral cristão. Por isso os ritos não apenas homenageiam o morto, ajudando-o a trilhar o caminho para o outro mundo, mas, em sua pompa, mostram o poder da irmandade em cuidar de seus membros e enterrar seus mortos. [...] As missas solenes, de corpo presente e pelas almas dos irmãos falecidos, assim como os cortejos fúnebres, as procissões e outros rituais são oportunidades para renovar a solidariedade do grupo e demonstrar à sociedade a importância da irmandade.⁶⁵

Os gastos, tanto nas procissões quanto nos funerais, cortejos semelhantes, eram exorbitantes, mesmo com as contribuições avantajadas daqueles que ocupavam cargos. Por isso, eram realizados peditórios, objetivando arrecadar verbas para financiar as festas dos santos. Alguns desses custos se davam com contratação de pregador (cujo prestígio correspondia ao valor do seu pagamento), ornamentações, trajes, velas, insígnias e com os atos litúrgicos e os emolumentos dos sacerdotes que celebravam as missas. Contra os preços desses emolumentos, os irmãos do Rosário da Vila de Cachoeira, Freguesia de São Pedro do Monte, encaminharam, em 1762, queixa ao rei denunciando o vigário dessa Paróquia e pedindo que abaixasse o preço, que era de 4.000 réis, para assistência a missas e festas, e 2.300 réis pra novenas, procissões e enterros.⁶⁶

Considerando as complexas dimensões das irmandades, cabe pensá-las como instituições de resistências, locais onde escravos e libertos posicionaram-se diante do jogo do sistema colonial, revertendo-o, quando possível, ao seu favor. Esses espaços de solidariedades, não tinham precedentes iguais em outras esferas da

⁶⁴ MELLO E SOUZA, Op. Cit., 2002, p. 135; 145.

⁶⁵ SOARES, Op. Cit., 2000, p. 175-6.

⁶⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Avulsos, caixa 148, doc. 11395.

vida, numa sociedade que estigmatizava os papéis e posições sociais. As festas populares faziam parte do cotidiano colonial, por conseguinte, festejar seus santos padroeiros era costume na Bahia, previsto num calendário rígido, onde os africanos e seus descendentes eram os participantes mais assíduos.

Irmandade da Boa Morte de Cachoeira

O culto a Nossa Senhora foi difundido por todo o mundo ocidental, desde o século IX, através da expansão católica. De forte tradição portuguesa, as festividades de Nossa Senhora da Boa Morte remonta às realizadas em louvor a Nossa Senhora D' Agosto. Nos trópicos, sofreu influência do catolicismo afro-brasileiro.

Há muitos vazios documentais quando se pretende historiar acerca das irmandades negras da Bahia, primeiro porque seus documentos internos não foram preservados, segundo, e isso cabe a inúmeras irmandades, porque nunca existiram legalmente. As devoções aos santos, provavelmente, chegaram a realizar as mesmas funções das irmandades, mesmo desprovidas do aparato jurídico do direito canônico, não somente organizando o culto e festa do padroeiro.⁶⁷ Esta prerrogativa leva em consideração os constantes distúrbios da sociedade colonial, frente à lei e à prática, o plausível e o costumeiro. Para a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, a preeminência da memória das irmãs é fundamental para a recomposição da trajetória histórica da instituição.

Havia, na Cidade do Salvador, desde o século XIX, uma devoção de cor exclusivamente feminina, constituída sob invocação de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na Igreja da Barroquinha, onde também existia, desde o século XVIII, a Irmandade de Nosso Senhor dos Martírios. O fato de ter sido reconhecida naquele período, em momento algum quer dizer que a mesma já não se encontrava em pleno funcionamento. A festa de Assunção da Virgem, a face viva de Nossa Senhora, celebrada no dia 15 de agosto naquela igreja, foi considerada "A mais concorrida, de mais extenso percurso e mais aparatosa apresentação das

⁶⁷ Em discordância a Renato da Silveira que pensa ser a devoção "simples culto privado", p. 445-446

procissões que já se fizeram na Bahia [...]”. Os homens dos Martírios e de outras irmandades negras acompanhavam as procissões da Boa Morte, tendo aqueles lugares destacados entre as devotas negras e crioulas ascendentes socialmente, chamadas, por isso, “negras do partido alto.”⁶⁸

Silva Campos cita alguns conventos e igrejas da cidade que faziam festa e procissão para Nossa Senhora da Boa Morte: São Domingos, Pilar, Desterro, Saúde, Sant’Anna, Carmo, Palma, São Francisco, Perdões, e Santíssima Trindade. A santa ocupava um altar lateral na Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora da Porta do Carmo e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho, de onde se deslocou a devoção para a Igreja da Barroquinha. A procissão que saía da Barroquinha era a “[...] mais concorrida, de mais extenso percurso e mais aparatosa [...]”, até porque fazia parte do calendário festivo da igreja, junto com a festa dos irmãos dos Martírios, sendo estes muitas vezes parentes e esposos das negras, adjetivadas por Verger de “enérgicas e voluntariosas”.⁶⁹

A oralidade tende a afirmar terem saído da Igreja da Barroquinha, importante reduto africano na década de 1820, as fundadoras da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira, de onde, também, saíram as fundadoras das matrizes dos terreiros de candomblés ketu de Salvador. No entanto, nesse mesmo período, se formava naquela igreja um culto homônimo, fato que faz com que o historiador Luís Cláudio Nascimento pense seu deslocamento dentro do contexto abolicionista, na década de 1870, e não das lutas pela independência.

O que eu sei é [...] que tinha essa que era lá na Barroquinha, na frente tinha a igreja, atrás tinha o candomblé [...] foi escorraçada de lá por isso, o candomblé era, como é, perseguido [...] quando veio e saíram todo mundo pro Recôncavo e se tinha muito se espalhou por aí né?, quando chegou aqui em Cachoeira não ficou tantas assim não, porque eu acredito que ficou irmãs em Santo Amaro, em por aí tudo né?, umas continuaram e outras esqueceram, morreram.⁷⁰

Nascimento vê nas tensões sociais desenroladas com o fim do tráfico de escravos e o conseqüente tráfico ilegal, iniciado em 1850, somado às inúmeras rebeliões

⁶⁸ VERGER, Pierre. Notícias da Bahia, 1850. Salvador: Corrupio, 1981, p. 93-94.

⁶⁹ CAMPOS, Op. Cit., 1941, p. 239-240.

⁷⁰ Depoimento da Irmã Adeilde Ferreira de Lemos, outubro/2009.

escravas, forte indício para uma desestruturação social que motivou trânsitos entre a capital e seu Recôncavo. Além disso, as relações dialógicas entre estes dois territórios eram constantes. Estavam em curso intercâmbios comerciais, econômicos, políticos, culturais e religiosos. Não é por menos que Nascimento associa-os à formação de dois terreiros de candomblé num mesmo período, em 1870, e pela mesma pessoa, Ludovina Pessoa, que seriam o Zoogodu Bogum Hundô, no bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador, e o Zoogodu Malê Seja Hundê, Roça do Ventura, em Cachoeira.⁷¹

Alianças formadas no cenário local

Há de se considerar que todas as religiões agrupam elementos de variados conteúdos, e passam por sínteses reestruturadoras, já que a religião, assim como a cultura, é um fenômeno dinâmico, integra formas tradicionais que se renovam e se transformam.⁷² A associação imbricada entre santos e orixás, dentro das relações religiosas católicas, se fazia presente, considerando serem os cultos africanos marginalizados e perseguidos no Brasil. Por outro lado, a devoção aos santos e orixás não implicava confusão dos cultos pelos seus participantes.

A Igreja da Barroquinha, por exemplo, abrigava aos fundos, num terreno arrendado, o candomblé Àya Omi Àse Airá Intilé, tido por Silveira como o primeiro terreiro urbano da Cidade do Salvador. Os integrantes do candomblé também participavam das atividades da igreja. Desse proto-terreiro originaram-se outros três, localizados em regiões mais afastadas do centro urbano: Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Casa Branca, no bairro Vasco da Gama, Ilê Íyá Omi Àse Ìyá Massé – Gantois, no bairro da Federação, e Ilê Àse Opó Àfonjá, no bairro São Gonçalo do Retiro.⁷³ A ligação igreja-terreiro, santos-orixás estava alicerçada pela atuação de importantes africanos, homens e principalmente mulheres, que atualizavam os vínculos com a África através da religiosidade.

⁷¹ Conforme depoimento de Luis Cláudio Nascimento, outubro/2009. Ver NASCIMENTO, Luís Cláudio. “Terra de Macumbeiros”: Redes de Sociabilidades Africanas na Formação do Candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Felix. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos), 2007; CARVALHO, Marcos. Gaïku Luiza e a trajetória dos jeje-mahi na Bahia. Rio de Janeiro: Pallas, 2006, p. 15-16.

⁷² FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Sincretismo afro-brasileiro e resistência. In: CAROSO, Carlos & BACELAR, Jefferson (Org.). Faces da Tradição Afro-Brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999, p. 113-130.

⁷³ SILVEIRA, Op. Cit., 2006.

Em Cachoeira, a Irmandade da Boa Morte ficou instalada numa casa de nº. 41, na Rua da Matriz, atual Rua Ana Nery, chamada de Casa Estrela, por ter na sua calçada uma estrela de granito de cinco pontas. Moradora da Casa Estrela e, provavelmente, a primeira juíza perpétua da Irmandade, Júlia Gomes⁷⁴ fora precursora do culto, juntamente com suas filhas, Julieta Nascimento (Santinha), que também foi Irmã Perpétua, Deoscleciana Arlinda do Nascimento (Tutuzinha) e Cassimira do Nascimento (Dou), essa última parece não ter pertencido à instituição que se formava no Recôncavo Baiano. Santinha e Tutuzinha manipulavam as imagens, alfaias e jóias da Irmandade, por não terem contraído matrimônio, mantendo-se virgens e não saíam na procissão, sendo responsáveis pela organização da Irmandade e arrumação das irmãs.

A casa de nº 41, cujo quintal dava para a Capela D' Ajuda, pertencia, em 1879, ao casal Júlia Maria Guimarães e Antônio Domingues, donos de inúmeras casas na Rua da Matriz que eram arrendadas a africanos e seus descendentes, tais como as de nº 28, 30 e 32.⁷⁵ Nascimento supõe ter a residência pertencido a Arlindo Estrela, dono da padaria Estrela, “estabelecimento comercial mais antigo de Cachoeira do século XIX”, e de inúmeras casas na região, que pode tê-la vendido. Na tentativa de investigar os significados da representação da estrela para a Irmandade, atenta-se para algumas possibilidades, que convergem e se complementam. Nascimento revela que lhe foi dito por Manuel Eugênio Machado, Mestre Machado, morador da casa nº. 58 e sobrinho de Eudoxa Machado, uma das primeiras irmãs da Boa Morte, ser um Exu assentado.

A antropóloga Nívea Alves dos Santos acredita ser uma referência à Estrela de Davi e aos três reis magos, que seriam, como bem lembrou Nascimento, a partir das conversas com Gaiaku Luiza e Ogã Boboso, o conde, o príncipe e o rei, ou seja, Azansu, Obaluaê e Bessen. Santos associa o culto de Azonodo (Azoanodô, Azonadô, Azanoodor, Zonadô, Azanador, Ozanadô)⁷⁶ à festa realizada todo 06 de janeiro, Dia de Reis, no terreiro do Bogum, em Salvador. Importante lembrar que o Bogum fora fundado por Ludovina Pessoa, que esteve presente em Ca-

⁷⁴ Ao traçar indícios da documentação levantada Nascimento constatou que Júlia Gomes e suas filhas foram iniciadas na Roça do Ventura, a matriarca provavelmente por Ludovina Pessoa. NASCIMENTO, 2007, p. 85.

⁷⁵ SANTOS, Edmar Ferreira. O Poder dos Candomblés: Perseguição e Resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 161-165. Conforme documentação encontrada por Edmar Ferreira no Livro de terrenos e propriedades da Santa Casa, 1863-1904, disponível no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira. NASCIMENTO, Op. Cit., 2006, p. 85. No inventário de Júlia Guimarães, Deoscleciana do Nascimento aparece como sua herdeira.

⁷⁶ PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. São Paulo: UNICAMP, 2007, p. 349-352.

choeira, hospedando-se na Casa Estrela, quando da fundação da Roça do Ventura, com José Maria de Belchior (Zé do Brechó), cuja mãe Maria Motta foi irmã fundadora da Irmandade da Boa Morte.⁷⁷ Regina Onofre, sobrinha-neta de Santinha e Tutuzinha, confirma que as fundadoras eram devotas dos Reis Magos e, por esse motivo, antes de uma reforma, haviam três estrelas na calçada da casa.

O cerne da irmandade está naquele local que, para Nascimento, seria um *runkó*,⁷⁸ o primeiro de Cachoeira, por terem sido “feitas” na Casa Estrela as mulheres que fundaram a Roça do Ventura.⁷⁹ *Runkó* ou não, a Casa Estrela “era uma casa que tinha fundamento”⁸⁰ e continua sendo ponto de referência para as irmãs da Boa Morte, caráter observado quando, em procissão festiva, param na sua frente (primeira parada), venerando-a. Casa de culto, de devoção e, também, de comércio, a Casa Estrela mantinha ligação constante com a África, vendendo produtos que eram trazidos pelo africano Hipólito, parente de Júlia Gomes. Obi,⁸¹ pimenta da costa, contas de várias cores, *pemba*⁸², limo-da-costa, sabão da costa, *orógbó*⁸³ e outros produtos utilizados no candomblé. Vendiam também doces, bolachas de goma, *aponãs*⁸⁴ e variadas comidas, como feijoada e maniçoba, tanto na casa quanto numa quitanda instalada no Mercado Municipal (atual prédio dos Correios). A irmã Maria da Glória revela que as mulheres da Casa Estrela eram, na sua maioria, ganhadeiras, dividindo-se em duas principais frentes de trabalho: a quitanda e o tabuleiro.⁸⁵

Ali circulava um grande número de pessoas, estabelecendo relações religiosas, culturais, comerciais e políticas. Talvez, por se destacar no cenário local, com fortes influências políticas, a Casa Estrela tenha viabilizado alforrias de muitas escravas. Ascendendo socialmente, essas mulheres, “negras do partido alto”, conseguiam juntar pecúlio como trabalhadoras urbanas para comprar a própria liberdade ou a de parentes e amigos. Forras, as africanas juntavam riquezas,

⁷⁷ Conforme depoimento de Luis Cláudio Nascimento (Outubro/2009) e orientação da antropóloga Nívea Alves dos Santos.

⁷⁸ Local de reclusão durante o processo iniciático na religião afro-brasileira.

⁷⁹ Conforme depoimento de Luis Cláudio Nascimento, outubro/2009.

⁸⁰ CARVALHO, Op. Cit., 2006, p. 25. Gaiaku Luiza diz ter Ludovina Pessoa ficado hospedada na Casa Estrela quando esteve em Cachoeira.

⁸¹ Semente originária da África, cujo nome científico é *Cola Acuminata*, utilizada em rituais nos terreiros de candomblé, inclusive nas cerimônias de oferenda ao Orixá Ori, o que habita a cabeça.

⁸² Elemento utilizado nos rituais africanos, fabricada com argila branca chamada de caulim, originário da África ou, ainda com calcário ou tabatinga misturada a goma diluída em água.

⁸³ Conhecido também por *orobô*, fruto sagrado de origem africana, cujo nome científico é *Garcinia kola* Heckel, utilizado em cerimônias do candomblé, nos jogos divinatórios e no processo de iniciação.

⁸⁴ Conforme observação da Irmã Maria da Glória dos Santos, era uma espécie de doce, feito com açúcar, farinha de mandioca ou trigo e enrolado na folha de bananeira.

⁸⁵ Conforme entrevista com a Irmã Maria da Glória dos Santos, outubro/2009.



adquiriam escravos, ouros, jóias, terras e imóveis que, porventura, alugavam. Formava-se então, em Cachoeira, uma proeminente elite africana que transitava entre as classes abastadas da região.

As irmãs revelam que a devoção surgiu vinculada a um pedido pelo fim da escravidão feito pelas africanas a Nossa Senhora. Para Nascimento, esta preposição seria correta, no sentido que a mulher negra teve importante participação nos movimentos abolicionistas, tendo formado, em Cachoeira, um “*corpus afroreligiosus*”. Sendo assim, as africanas utilizavam a seu favor toda a esfera de poder institucional que lhes era possível deter, seja na Irmandade e/ou no Candomblé, mesmo estando integrada numa sociedade tipicamente patriarcal.

Embora os principais cargos nas irmandades e folias sejam exclusivamente dos homens, são as mulheres que mais se destacam. Os conflitos entre homens e mulheres no interior dessas agremiações estão certamente associados ao controle do poder. Essa ameaça torna-se ainda maior na medida em que o poder feminino está baseado no feitiço.⁸⁶

No âmbito das alianças institucionais, essas negras mantiveram elos estreitos com a Irmandade negra masculina de Bom Jesus da Paciência, de Cachoeira, que exercia o “papel de homem”. Seus membros faziam-se presentes diante àquelas nos momentos mais importantes: durante a eleição, presidindo-a, no intermédio de aluguel de casas para realização da festa (alugava-se anualmente por não terem sede própria), na procissão festiva e no diálogo com a Igreja Católica. O pai de Nascimento, Vandercópio do Nascimento (Coquito), por exemplo, quando ocupava a presidência e a vice-presidência da Irmandade Bom Jesus da Paciência, também, presidira a eleição e participara das solenidades fechadas, realizadas na Irmandade da Boa Morte.⁸⁷ Na última informação encontrada acerca dessa participação, consta que, entre 1970 e 1985, aproximadamente, o então presidente da Irmandade da Paciência, Antônio Evangelista Rodrigues, presidira a eleição da comissão de festa da Boa Morte, que ocorria, num primeiro momento, na Igreja dos Remédios e que depois passou a ser realizada na casa de São Benedito, ao lado da Capela D’Ajuda.⁸⁸ Desde a década de 1990, irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Salvador, também se faziam presentes na festa pela Assunção de Nossa Senhora, em Cachoeira, ocupando lugares de destaque na procissão.

⁸⁶ SOARES, Op. Cit., 2000, p. 158.

⁸⁷ Conforme depoimento de Luis Cláudio Nascimento, outubro/2009.

⁸⁸ Segundo Nascimento no final da década de 1980 essa Irmandade foi extinta pelo Pe. Hélio César Leal Villas Bóas.



Organização hierárquica e relação de poder

Magnair Santos Barbosa

A festa de Nossa Senhora da Boa Morte é realizada durante o mês de agosto no Município de Cachoeira. Até chegar os dias festivos, de 13 a 17 de agosto, acontecem, tradicionalmente, duas importantes cerimônias. A primeira, a eleição da comissão de festa do ano seguinte e a segunda, que acontece uma semana depois, chamada “esmola geral”. Além disso, o mês é de resguardo, ou seja, as irmãs devem se eximir das práticas da vida mundana, se dedicando inteiramente a Nossa Senhora.

A eleição anual para os cargos impossibilita a concentração de poder. No entanto, a Juíza Perpétua, que representa o cargo ocupado pela irmã de maior idade e de mais tempo na instituição, exerce poder supremo, inclusive, de veto. A Juíza Perpétua é a pessoa que resguarda a memória da Irmandade, decide pelo presente e preza pelo futuro da instituição. Diante das constantes mudanças, as funções exercidas pela Juíza Perpétua foram as que mais se mantiveram ao longo do tempo, haja vista, que, pelo menos para as irmãs, ela se apresenta como matriarca e, por isso, um referencial a quem se deve dirigir, informar e consultar, quando necessário. “Deus primeiramente, Nossa Senhora e ela, quem manda tudo. Nós não vai fazer nada sem falar com ela. Nada, nada, nada. Nós não pode fazer nada.”⁸⁹ Ela atua como conselheira na vida cotidiana e religiosa das irmãs, legiti-

⁸⁹ Conforme depoimento da Irmã Maria das Dores Conceição, outubro/2009.



mada por uma “relação de senhoria”. No entanto, seu poder administrativo, assim como da comissão de festa, reduziu-se quando outras pessoas externas ao culto passaram a representar juridicamente a Irmandade.

Ocupar um cargo significa, para as irmãs, o mesmo que ser escolhida a trabalhar para Nossa Senhora e, esse sentido, faz com que elas aguardem ansiosas o momento e vibrem quando escolhidas. Segundo a tradição, a eleição se dava através de grãos de feijão e milho para a escolha dos seguintes cargos, conforme hierarquia: Provedora, Procuradora Geral, Tesoureira e Escrivã. São constatadas, nessa significativa cerimônia que traduz uma forma secular de organização e administração, mudanças que alteram todo o sentido de existência como irmandade, já que esta deveria ser representada pela mesa legalmente constituída. Atualmente, a eleição deixou de ter caráter eletivo, ou melhor, democrático, com a atuação da Juíza Perpétua, para tornar-se elemento de poder intransitivo, haja vista, que os nomes da mesa são indicados num livro pela administração, sem decisão comum das irmãs.

Comparando passado e presente, é possível saber as funções que caberiam a cada cargo, conforme hierarquia. A Provedora, penúltimo cargo ocupado na comissão, embora superior hierarquicamente é, como dizem as irmãs, “a cabeça da festa”, responsável por prover a festa. Segundo consta, era ela que deveria gerenciar os preparativos de modo que “se a festa foi ruim, é a provedora, se deu boa, é a provedora.”⁹⁰ Durante a procissão, ela é quem carrega o símbolo que lhe confere poder, o bastão, chamado de “Cajado de Nossa Senhora”, onde está contida a “força da Irmandade” e, por isso, deve ser segurado apenas pela Provedora ou por quem já foi Provedora, tendo cuidado para não deixá-lo cair. A queda do bastão pode significar a desestruturação do poder ritualístico da Irmandade, acompanhado de malefícios na vida pessoal e religiosa das irmãs.

A Procuradora Geral, último cargo ocupado na comissão, por conhecer as exigências de cada cargo, pode assumir, se houver alguma impossibilidade por parte das irmãs da comissão no exercício das suas funções. Deveria trabalhar junto com a provedora, solucionando as pendências para realização da festa e cuidando, tam-

⁹⁰ Conforme depoimento da Irmã Almerinda Pereira dos Santos, outubro/2009.

bém, da sua ornamentação e da roupa de Nossa Senhora. É responsável por carregar a santinha, representação de Nossa Senhora da Boa Morte, em tamanho menor, que sai durante a procissão e repousa todo o ano, até a realização da próxima festa na casa da Provedora. Nascimento diz que a santinha carrega axé por ser um assentamento da divindade e, por este motivo, deve ficar junto ao bastão.

Na casa da Provedora, a santinha fica num altar preparado com flores, incensos e velas, devidamente arrumado para recebê-la, onde a exultam com louvores e orações, inclusive, das irmãs que vão visitá-la durante o ano. Normalmente, o traslado da santinha para a casa da Provedora ocorre após a festa, no dia 8 de setembro, dia em que a Igreja Católica comemora o aniversário de Nossa Senhora, permanecendo, até dias após a realização da esmola geral do ano posterior, quando retorna para a sede da Irmandade, entre os dias 10 e 12 de agosto, acompanhada das irmãs vestidas de branco.

A Tesoureira, segundo cargo ocupado na comissão de festa, deveria administrar os recursos financeiros. Entretanto, sua função passou a ser meramente figurativa. A Escrivã, primeiro cargo ocupado, deveria cuidar da sede da Irmandade, trocando as flores do altar e mantendo sempre limpo o seu chão, panelas e castiçais, além de registrar todos os acontecimentos relacionados à Irmandade e à festa durante sua gestão. As funções dessa Escrivã, que permaneceram até os dias atuais, são as relacionadas à feitura artesanal de velas e à preparação do incenso. Ela deve levar na cintura, durante a procissão, uma espécie de “capanga”, onde carrega velas e fósforos para trocar as velas que se quebram e acender as que se apagam no percurso.

A comissão de festa do próximo ano é empossada após missa e procissão do dia de Nossa Senhora da Glória, quando as irmãs voltam à igreja para receberem, através da intermediação do padre e pelas mãos das irmãs sucessoras, seus respectivos cargos. Sabe-se quantas vezes e quantos cargos uma irmã já assumiu observando as tiras brancas horizontais colocadas nas barras de suas saias.⁹¹ Elas podem até repetir um mesmo cargo várias vezes, no entanto, jamais podem regredir na hierar-

⁹¹ No passado, as irmãs que assumiam cargos só poderiam vestir saia, e essa restrição se estendia durante todo o ano que antecederesse a próxima festa.

quia. De sete em sete anos, no conhecido “ano sete”, a própria Nossa Senhora dirige os preparativos da sua festa, representada pela juíza perpétua que assume, nesse momento, o cargo de Provedora.

Uma semana após a eleição, as irmãs saem pelas principais ruas de Cachoeira, portando sacolas vermelhas, bordadas com o símbolo da Irmandade, fazendo peditório pelas casas, comércio e feira livre. Seguem pelas ruas, margeando o Rio Paraguaçu, cantando: “Vamos trabalhar, vamos trabalhar pra Iaiá, vamos trabalhar pra Iaiá, pra Iaiá nos ajudar”. No passado dirigiam-se a outras localidades, nas regiões da cercania do Recôncavo, como São Félix, Muritiba, Governador Mangabeira e Cruz das Almas e, também, Salvador, meses antes da realização da festa.

Foi cumprindo essa tradição que muitas mulheres entraram para a Irmandade, já que era comum a Provedora colocar duas novas irmãs para recolher verba para a festa, as chamadas “irmãs de bolsas” que, além de entregar a quantia arrecadada, davam “jóias” às componentes da Comissão de festa. Atualmente, a esmola geral se apresenta mais como uma obrigação do que meio de arrecadar fundos, considerando que restrita parcela da população compreende o significado temporal desse peditório.

Um dos principais requisitos para entrar na Irmandade era a indicação por parte de alguma das antigas irmãs, característica que recompõe uma instituição fechada, com rígidos critérios associativos. Podia-se, também, indicar um ente familiar, biológico ou religioso, passando a irmã a ser uma espécie de madrinha da escolhida. D. Dazinha, por exemplo, foi levada para a Irmandade por sua mãe-de-santo, Maria Ambrosina Sales Barreto, Yalorixá do Terreiro Capivari, conhecido por Terreiro da Cajá, em São Félix.

Foi acompanhando sua avó Vicenza Xodó nas procissões e no cotidiano que D. Dalva Damiana passou a acompanhar a Irmandade, mas só veio a integrá-la muitos anos mais tarde. Ao lembrar-se dessa época D. Dalva revela que muitas mulheres de Cachoeira participavam indiretamente da Irmandade, tal como várias mulheres integrantes do Samba de Roda Suerdieck, fundado por ela. Era comum a afilhada ganhar da sua madrinha um “correntão” e a farda quando cumprisse esse processo de integração.⁹² Para ser admitida como noviça, a mulher

⁹² Conforme depoimento das irmãs, a criança escolhida pela irmã, passava a manipular suas roupas e jóias, além de arrumar sua madrinha no mês da festa.

deve ser negra, com mais de 40 anos (madura), devota de Nossa Senhora e com bom “procedimento”, passando, atualmente, por três anos de observação, diferentemente do passado, quando esse período de observação se estendia por sete anos, com exigência de ser solteira ou viúva.

[...]Porque três anos pra poder olhar bem você, se você é uma pessoa digna, se você tem responsabilidade, se você tá ali com amor [...]. Se você tá ali você tem fé na Santa. [...] Se viu seu comportamento, seu jeito de ser que cai bem pra ser uma irmã [...] já dizem a você “oh, arruma sua farda, esse ano já recebe a farda”.⁹³

A irmã de bolsa passa por esse processo de iniciação, de aprendizado gradual, de observação mútua e de incorporação de uma identidade de grupo. Só lhe é atribuído o uso da farda (roupa festiva) quando eleita para ocupar cargo. Por ser iniciante não pode participar nem conhecer todos os ritos, logo, é de passo a passo, de cargo a cargo, de palavra a palavra, que a iniciante aprende o saber que transcende a materialidade dos elementos representativos da Irmandade.

Procissão como ato de fé e devoção

A festividade se inicia no dia 13 de agosto, dia em homenagem às irmãs falecidas. Pela tarde, as irmãs se confessam na sede da Irmandade; já à noite, dirigem-se com velas sobre pedestal à Capela de Nossa Senhora D’Ajuda, onde rezam e incensam o ambiente em torno da imagem de Nossa Senhora morta. Vestidas de branco, saem em procissão carregando a imagem postada sobre um andor rumo à Igreja Matriz – Igreja Nossa Senhora do Rosário –, parando apenas na Casa Estrela, quando a santa vira-se, tanto para esta casa quanto para a da sua frente, nº 58 da Rua da Matriz, onde residia D. Zuleika Machado, Juíza Perpétua e responsável pelos pertences da Irmandade até 1985⁹⁴, demonstrando quão importantes são aqueles locais, enquanto sagrados.

Na igreja, colocam a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte na frente do altar e louvam a Maria com cânticos entoados, também, durante a procissão: “[...]”

⁹³ Depoimento da Irmã Joselita Sampaio Alves, outubro/2009.

⁹⁴ Em 1985, D. Zuleika Machado colocou o cargo à disposição.

com a sua proteção Senhora da Boa Morte [...] rogai por nós, rogai por nós que recorreremos a vós”. Essa missa é para as irmãs falecidas, momento que lembram seus nomes, louvando suas memórias. Algumas das irmãs dizem, inclusive, sentir a presença espiritual daquelas que já passaram pela Irmandade. Nascimento conseguiu reunir nomes, muitos deles indicados por Gaiaku Luiza, de algumas antigas irmãs:

Sátira (na década de 1970 residia na rua Comendador Albino. Era cega), Maria Caroxa, Juliana Brechó, (irmã de Zé de Brechó, falecida em 1940 com 100 anos de idade), Eudóxia Machado (tia de Mestre Machado, residia na Rua da Matriz, era de São Gonçalo), Maria Nenen (iyalorixá, residia na Rua do Carmo), Sinhá Abalha (iyalorixá da Roça de Ventura), Apolinária, Damiana, Maria Ágda da Conceição (iyalorixá, residia na rua do Sabão, madrinha de Gaiaku Luiza), Zina, Constância Grande, Elmira Zoião, Maria do Carmo, Maria Milton, Mariana, Epifânia Motta (iyalorixá, residia no Curiachito, parenta de Maria Motta, mãe de Zé de Brechó), Vicência Xodó (avó de Dalva Xodó do samba de roda Suerdieck), Bizú (residia no Monte), Mitina, Maria Moreira, Júlia Amílcar, Flora, Isadora, Rosalina, Laudelina, Maria Amélia, Miúda do Fato (mãe de Ioiô da venda), Francisca, Edwrigens (Gamo de Oxum da Roça de Ventura, residiu na casa vizinha à Casa Estrela), Francelina, Justiniana, Caetana, Santinha (filha de Julia Gomes, fundadora da Boa Morte), Tutuzinha (irmã de Santinha), Ambrosina, Maria Adeodata de Jesus (residia na Praça do Remédio, na antiga residência da família de Zé de Brechó).⁹⁵

No dia do “enterro simbólico”, 14 de agosto, com a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte já na igreja, as irmãs saem da sede da Irmandade em procissão noturna, carregando velas e vestidas com a farda/beca: saia preta plissada, blusa branca de richelieu, bioco cobrindo a cabeça e o colo (característica mulçumana), lenço branco na cintura e uma chinela branca, exceto as “irmãs de bolsa”, que se vestem todos os dias festivos, de branco. Os cânticos proferidos durante o percurso fazem menção à dormição de Maria: “No céu, no céu, no céu com a mãe estarei [...]”. Ao chegarem à igreja as irmãs se encontram com a santa morta, tiram o véu que cobre seu rosto e colocam flores nos seus brancos, acariciando-a; seus atos expressam tristeza.

Durante a missa, as irmãs se posicionam diante da Virgem como se pedissem sua

⁹⁵ <http://cacaunascimento.blogspot.com/>, postado em: 01/08/2009, Filhas, netas e sobrinhas substitutas das irmãs fundadoras da irmandade da boa morte; CARVALHO, Op. Cit., 2006, p.71.

intercessão, cantando: “Maria mãe de Deus... rogai por nós, Rainha imaculada... rogai por nós [...]”; a homilia enfatiza a sua morte. A cerimônia festiva termina com as irmãs em volta da imagem, incensada pelo padre, e com a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte acompanhada por filarmônica local, que percorre as principais ruas da cidade para, depois, recolher-se na capela de Nossa Senhora D’Ajuda. Nesse dia, assim como no primeiro, as irmãs estão de sentimento e portam-se em procissão tal como num velório.

O terceiro dia festivo é o mais esperado, 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Glória. A procissão sai pela manhã da sede da Irmandade, seguida por filarmônica local. Levando nas mãos flores, as irmãs, também, carregam o andor de Nossa Senhora da Glória, auxiliadas por alguns homens. Na igreja Matriz, o ambiente é, anteriormente, incensado pelo padre. Uma pomba branca é solta no momento da paz, expressando a esperança da vida porque, para as irmãs, Maria teve uma boa morte, já que dormiu e acordou na glória: “Por isso o nome de Boa Morte [...] quando ela adormeceu os anjos levou ela assunta ao céu.”⁹⁶

Na saída da procissão, as irmãs, emocionadas, jogam flores sobre a imagem de Nossa Senhora que logo é louvada com palmas pelos fiéis. Nesse dia, a procissão é mais longa, com muitas vivas a Maria, seguindo o seguinte roteiro: Casa Estrela, feira, pavilhão da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, entrada da Ponte D. Pedro II, capela da sede da Irmandade (onde deixam a santa), seguindo, novamente, para a Igreja Matriz, onde acontece a transferência dos cargos, com posse da nova comissão de festa.

As irmãs comemoram a Assunção de Nossa Senhora adornadas com correntes e colares que lembram a faustosa pompa das antigas negras do partido alto. Vestidas com a farda/beca, só que com o pano da costa do lado vermelho (traje de gala), exprimem a alegria que sentem com a elevação de Nossa Senhora aos céus e com a liberdade da escravidão. As irmãs dizem que os escravos pediam proteção e uma morte tranqüila, sem martírio, a Nossa Senhora da Boa Morte. Logo, alforriadas e livres das agruras da escravidão, comemoraram o dia de Nossa Senhora da Glória com comidas e danças na sede da Irmandade.

⁹⁶ Depoimento da Irmã Maria da Glória dos Santos.

Comer e dançar: diálogos cruzados

Até a década de 70, do século XX, a Irmandade não tinha sede; guardava seus pertences na Casa Estrela e na casa de D. Zuleika Machado, e realizava sua festa anual em casas alugadas. Na década de 1970, recebe por doação do Padre Fernando, uma casa ao lado da Capela D’Ajuda, onde, na sua frente, pela ausência de fundo, eram preparadas as comidas, à lenha, mesmo local que, depois de limpo, cedia lugar ao samba-de-roda que entrava pela noite. É com saudosismo que as irmãs lembram-se desse tempo, entre as décadas de 1970 e 1990, onde era de costume amanhecer o dia festejando a glória de Nossa Senhora ao som de muito samba.

Na segunda metade da década de 1980, começa um movimento da Igreja Católica no sentido de controlar as irmandades. Esta mesma atitude de reverter um poder que fora perdido ao longo da trajetória de formação dessas instituições foi, também, aplicada à Irmandade da Boa Morte.⁹⁷ Para a Irmandade feminina de Cachoeira, a Igreja tentou interferir na sua organização, redigiu e tentou aprovar um estatuto subordinando-a, tentou, ainda, interferir na indicação da Juíza Perpétua e confiscar seus bens, jóias e imagens. Impedidas de realizar suas celebrações, as irmãs foram acolhidas pela Igreja Brasileira local. Diante desse contexto, em 1990, a irmandade recebeu por doação três sobrados – um doado por um grupo de norte-americanos, outro doado pela advogada Celina Salla, e outro doado pelo Prefeito Salustiano de Araújo – situados na Rua 13 de Maio e Largo D’Ajuda, que foram restaurados, anos depois, graças ao apelo de intervenção feito por Jorge Amado e sociedade civil às autoridades políticas.

Com a nova sede, muitas mudanças podem ser observadas nas formas de realizar a festividade, da eleição à comemoração, muitas delas iniciadas anteriormente, mas concretizadas nesse novo espaço. Acredita-se, no entanto, que essas não afetaram seus ritos básicos e fundamentais para sua própria existência enquanto devoção religiosa.⁹⁸

⁹⁷ Momento que muitas irmandades seculares se desestruturaram, algumas foram extintas, outras reduziram em número de associados, além do poder de atuação.

⁹⁸ Nesse contexto de luta contra a Igreja Católica, a Irmandade foi intermediada pela advogada Celina Salla. Após superar esse problema, ela continuou a assessorar a instituição, exercendo funções administrativas, dentre essas, as que caberiam à Mesa empossada na eleição.

[...] embora tendo sido as rupturas significativas, e as permanências sejam as mais relevantes, os sinais diacríticos que elas possuem: as roupas, o báculo, o andamento da procissão, e determinados rituais que ainda são observados – por exemplo, depois dos ritos públicos ainda existem o samba durante três dias, e a oferta de caruru, o cozido, essas coisas são elementos que ainda estão preservados, e aqueles que representam as rupturas eles são parte da ritualidade que ainda podem ser recuperados, porque ainda existem pessoas que são conhecedoras do fundamento, dos ritos fundamentais da Irmandade da Boa Morte.⁹⁹

As irmãs deixaram de preparar as comidas servidas durante os dias festivos; atualmente, são contratadas cozinheiras, ficando, assim, mais livres para receberem seus convidados com a pompa que lhes são pertinentes. Em se tratando de alimentos sacralizados e não sagrados, já que servido em uma festa religiosa, mostra-se estranha sua manipulação por pessoas não afins ao culto.

Após a procissão noturna do primeiro dia festivo, as irmãs se recolhem na sede da Irmandade, dando continuidade aos ritos do dia para as irmãs falecidas com a “ceia branca”. As irmãs dizem que a mesma ceia que fora feita para Cristo na Santa Ceia; elas fazem para a Mãe Maria. Numa mesa, circundada pelas irmãs, postam-se alimentos que não levam azeite de dendê, nem pimenta: arroz, pão, diversos tipos de peixe, além de vinho. A comilança entre as irmãs se dá em meio a orações e louvores, encabeçada pela Juíza Perpétua que se senta num lugar destacado da mesa, na sua cabeceira.

No dia de Nossa Senhora da Glória, após recolher a procissão na sede da Irmandade, as irmãs dançam valsa tocada por filarmônica local, já que estão alegres com a Assunção e a libertação dos negros do cativeiro. Significa, por isso, “folia, salvar a vida”.¹⁰⁰ Depois, é servida uma feijoada aos presentes, cuja realização fica a cargo da comissão da festa daquele ano. Antigamente, após a valsa, começava o samba batido na palma da mão, com as irmãs vestidas com roupa de crioula (saia colorida e bata rendada), que se estendia durante todo o dia.

O samba-de-roda se deslocou da sede da Irmandade para um palco montado pela Prefeitura de Cachoeira, às margens no Rio Paraguaçu, onde se apresentam

⁹⁹ Depoimento de Luís Cláudio Nascimento, outubro/2009.

¹⁰⁰ Depoimento da Irmã Dalva Damiana de Freitas, outubro/2009.

grupos musicais. As irmãs se limitam a sambar nesse espaço por apenas alguns minutos, no final da tarde. Ali, pessoas embriagadas invadem a roda formada pelas irmãs. Nos dois dias seguintes, o samba-de-roda, também acontece, mas a presença das irmãs restringe-se a cumprir a tradição em “memória dos ancestrais”, não mais vivendo aquele momento enquanto protagonistas.

No dia 16 de agosto, serve-se um cozido farto de verduras, também, realizado pela comissão do ano. A comissão do próximo ano arca com o mugunzá e caruru oferecidos aos presentes no dia seguinte, 17 de agosto. A divisão de responsabilidade sobre as comidas entre as comissões de festa marca o início da posse daquelas que passam, a partir dessa data, a ocupar seus legítimos cargos. O ato de dar comida equivale, para as irmãs, abundância e prosperidade. Nesse sentido, tornou-se costume levar comida aos presos locais, pelo menos, em um dos dias festivos, já que a oferta traz a bonança. No passado, talvez, na época da Casa Estrela, outras comidas, também eram servidas, como bacalhau, sarapatel, maniçoba, assado de porco e peru, juntamente as que, tradicionalmente, se mantém.

Significados da vida e morte: Morte que representa a vida

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira está intrinsecamente ligada à Vida e à Morte. Seus símbolos, roupas, comidas e rituais fazem menção a essa passagem espiritual do Aiyê ao Orum. O brasão que representa a Irmandade carrega algumas criptografias nesse sentido, divide esses dois planos, espiritual e terrestre. Pode-se observar Nossa Senhora viva e, logo abaixo, uma Nossa Senhora deitada, representando Nossa Senhora morta. Dentro da cosmogonia africana essa imagística poderia ser interpretada como sendo o ciclo da vida.¹⁰¹

O vodum Bessem, ou o orixá Oxumaré, representa essa continuidade, por isso, simbolicamente, é uma serpente. O cajado aparece como símbolo de poder numa cena cristã e outra africana, primeiro na mão do profeta israelita Moisés,

¹⁰¹ PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. As irmãs são todas iniciadas no candomblé, muitas ocupam, inclusive, cargos nessa religião, sendo consagradas aos orixás ligados à vida ou à morte, tal como Nanã, Iemanjá, Oxumaré, Oxum, Ogum, Oxalá, Obaluaê. Agradeço os esclarecimentos e as pontuações do historiador Luis Cláudio Nascimento; bem como o acompanhamento e a orientação da antropóloga Nívea Alves dos Santos que foram fundamentais para realização da pesquisa.

que jogado no chão se transformou numa serpente e, depois, na mão de Obatalá que, ao batê-lo no chão, provocou uma rachadura separando, assim, céu e terra. Essa mesma representação foi amplamente difundida pelos bispos e arcebispos da Igreja Católica, mas, também, entre sacerdotes africanos e pastores para unir seu rebanho. A divindade Nanã, Senhora do portal da vida e da morte, também, carrega um ibiri físico e religiosamente semelhante. Oxalá, marido de Nanã, também leva um opaxorô; segundo mitologia africana, este foi dado pela esposa, que o designou a determinar o fim de todo e qualquer ser, batendo o cajado três vezes no chão. Oxalá representa o equilíbrio, a paz, porque ele é o princípio da morte e do descanso. É nesse sentido que o bastão da Irmandade guarda seus mistérios ritualísticos.

O branco da roupa vestido no dia em reverência às irmãs falecidas deve-se ao luto, já que na religião afro-brasileira encara-se a morte com naturalidade, haja vista que, através da intercessão do Pai e da Mãe alcança-se uma morte pacífica, ou seja, uma boa morte. Entretanto, a encenação pública desse momento, na Boa Morte, mostra-se trágica, visto as formas barrocas coloniais de se festejar a morte. A Irmandade, todavia, se resguarda quando se trata de cumprir os rituais internos, justamente, por ser o segredo um preceito sagrado.

Naná é mãe e Obaluaê, seu filho, o Senhor da terra e também regente da saúde, aquele que cuida do corpo, mas também conduz o espírito do morto junto com Oxalá para o Aiyê. Seria ele o dono da casa da Irmandade e ela a própria representação de Nossa Senhora da Boa Morte, a “santinha”. A pipoca, sempre presente na sede da Irmandade, inclusive na ceia branca, é em louvor a Obaluaê, assim como o mugunzá é em louvor a Oxalá. Talvez não seja por coincidência que o dia 16 de agosto, dia de São Roque, protetor dos enfermos e que, também, carrega um cajado, seja dia festivo na Boa Morte. A irmã que quiser pode, nesse dia, distribuir pães e pipocas e realizar novena para o santo, na sede da Irmandade. Após o último dia festivo, as irmãs entregam às águas, em forma de presente, flores perfumadas, renovando, assim, compromisso com a continuidade da vida. Esses são os sinais diacríticos da Irmandade da Boa Morte. Negá-los representaria desconhecimento da sua trajetória enquanto instituição religiosa secularizada espacialmente. Mais do que uma Irmandade, com todas suas peculiares funções, ela representa a resistência da mulher negra no Brasil.



Abiyamo obirin di oku Mãe. Mulher. Morte.

* Raul Lody

O cheiro de angélica mistura-se ao da vela queimando, geralmente, em ambiente quente, fervoroso, por onde os defumadores já passaram e deixaram a lembrança do incenso. Tudo é sagrado, tem que ser sagrado e extensivo ao que for mais sagrado ainda no Peji, onde há o contato mais profundo com histórias pessoais, familiares e ancestrais.

Nessas experiências de um catolicismo que ganhou estilos e tendências a partir da cruz que imperava o poder e, com ele, imperava também a perversidade da escravidão. Pois, “dar alma aos africanos” também era preciso e esta era “a bondade cristã.”

Durante trezentos e cinquenta anos, milhões de homens e mulheres em condição escrava procedentes do continente africano, cruzaram o oceano dos tubarões e chegaram a nossa costa para verdadeiramente colonizar o Brasil.

É assim, e somente assim, que se pode iniciar essa etnografia emocional sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na Cidade de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, nas terras do Recôncavo da Bahia.

Para começar a tratar de coisas sagradas que envolvem o “axé” e os ancestrais, torna-se necessário, simbolicamente, derramar três bocados d’água no chão para louvar Exu.

– “Laroiê!”

* Antropólogo e Museólogo.

A “Boa Morte”, como é conhecida, fatalmente espetacularizou-se, porém, a fé interna e profunda, indivinculável do orixá, do vodum, do caboclo e do santo da Igreja, nutre e dá energia para expressar formas, também, pessoais ou seguidoras de organizações que estão no terreiro de candomblé, na Igreja católica, na festa de Largo; na procissão teatralizada e, principalmente, nos rituais internos e privados, tão secretos quanto o de oferecer sangue no Peji.

Se há um sentimento dominante na “Boa Morte” é o da preservação do culto à Mãe. Mãe carnal; Mãe Yialorixá; Mãe Equedi; Mãe Nossa Senhora; as Mães das Águas que são as Yás, nominadas ancestralmente como Dadá Segbô _ ser primordial e materno, que é também Mawu _ a lua, a criação do mundo e do homem, e é a síntese do gênero feminino, e seus descendentes, os gêmeos Agbê e Naeté que são o mar.

Mawu ou Mahu corresponde ao orixá Nanã ou Nanã Buruku que, também, é responsável pelo nascimento e pela morte. Pois, esses sentimentos são indivisíveis nessa ideologia que é tão plural e rica, e que une as matrizes africanas aos primórdios da fé cristã, que são também agrícolas e ancestrais. Nesse pensamento domina a figura da mãe que nasce, vive, morre e triunfa a própria morte, renascendo e subindo ao céu de corpo e alma, como a Glória de Maria.

– “Nyame Mawu na nnwu”

“Deus nunca morre, pois eu não posso morrer”

(tradição oral Fon, Benin)

Tudo acontece em rígida hierarquia, tendo sempre o gênero feminino como dominante, em que a mãe acolhe e castiga; e, assim, deve ser reconhecida como “provedora, juíza e irmã” dessa organização social, unida pela hierarquia do candomblé, verdadeiramente orientadora, aonde são recuperadas as funções e os papéis revistos e adaptados à ordem da Igreja.

Lá nos idos do século 17, em Portugal, crê-se que os jesuítas instituíram o culto à “Boa Morte” e que daí se ampliou para o mundo português. As Irmandades e devoções especiais apoiavam a política colonial para que houvesse um maior controle social das populações africanas e crioulas, destinando assim igrejas e

irmandades especiais para os chamados “Homens Negros e Pardos”. Surgem, assim, as Irmandades do Rosário, de São Benedito e, agregando-se a elas, a de Bom Jesus dos Martírios; Nossa Senhora da Barroquinha; Bom Jesus da Paciência; Nossa Senhora da Boa Morte; e outras para, no culto católico, louvar à Maria a mãe de todos, o que também está integrado às memórias de Mawu, de Iemanjá, de Oxum e de Nanã, que são todas mães da fertilidade e das águas; também, das Yamins, mães pássaros lembradas anualmente nos festivais Gueledé – Senhoras da Noite que representam o poder da mulher, especialmente, na sua capacidade de gerar filhos. Tudo isso reforça o papel social da mulher nestes contextos, predominantemente, Yorubá e Fon/Ewe, presentes no Recôncavo da Bahia.

Nas relações que existem nos territórios sagrados há limites entre o santo e o deus africano, ou se fundem ou aparecem claramente distintos, pois prevalece um olhar dominante da ancestralidade africana.

Sem dúvida, todo esse processo inter-religioso é fundamentado na ancestralidade. Ancestralidade remota, diria africana. Ancestralidade próxima, diria afrodescendente, constituída por nomes memoráveis do candomblé e da construção de uma mitologia nativa, peculiar ao Recôncavo, que é a sistematização religiosa e o estabelecimento da Nação de Caboclo. Consagradamente, para o povo do santo o caboclo é o ancestral da terra, diga-se da terra brasileira. Tudo isso reunido e permanentemente reinventado a partir dos modelos sócio-religiosos das Nações Jeje; Jeje-Mahin; Jeje-Modubi; Nagô; Ketu; Angola; e, especialmente, a de Caboclo.

Essas Nações trazem os orixás, voduns, inquices e caboclos integrados à fé múltipla e criativa de um catolicismo nativo, próprio do Recôncavo, que funcionalmente apropriou-se de uma mitologia próxima e “alegórica” a partir da Igreja, e que pudesse legitimar as memórias mais remotas dos rituais das mães, doadoras da vida e doadoras da morte. Dessa forma, permanece o culto a Mawu, que é, também, Nanã.

As mais importantes liturgias continuam privadas e secretas e, dessa maneira, é fortalecida essa sociedade matriarcal, externamente e oficialmente conhecida como Irmandade da Boa Morte.

Agregada a essa história religiosa, é crescente um fascínio turístico, midiático, que busca e valoriza a recuperação de memórias étnicas dos povos africanos, através de verdadeiras romarias, nacionais e internacionais para, principalmente, fortalecer uma compreensão estética da “Boa Morte”.

Nessa construção do imaginário da “Boa Morte” podem-se recuperar temas importantes para o melhor conhecer esta tradição religiosa da Bahia. Quero, então, destacar na indumentária chamada de “beca”, ou “baiana de beca”, o uso do bioco como pano de cabeça, com forma, função social e de gênero, igual a do xador, o que revela uma presença afro-islâmica tão dominante na compreensão do sagrado afro-descendente, como dos povos da África ocidental, notadamente, os do Golfo do Benin.

Nesse imaginário, partilhado publicamente pelas Irmãs da “Boa Morte”, e que prepara para a Glória de Nossa Senhora, reafirma-se que o conceito de morte cristã é ampliado pelo conceito de ancestralidade de matriz africana com os Egunguns, Ogboni, Gueledé, entre outros.

Para realizar e manifestar essas liturgias tão longas, subjetivas e que integram o formalismo católico às práticas do candomblé, estão em destaque as comidas rituais que chegam principalmente para simbolizar e, depois, para serem comidas.

No ritual coletivo chamado “Ceia Branca”, feito a base de peixe, pão, saladas, ebô, e principalmente doboru – pipoca –, é o momento que se evoca Mawu, o mesmo que Nanã; e também se evoca os gêmeos Sapatá para partilhar e integrar esse ritual ancestral e de purificação. Então, os doborus são jogados no ambiente e sobre as pessoas, repetindo-se assim os rituais próprios para a chegada de Sapatá aos terreiros de candomblé, o que lembra o Olubajé – grande ritual coletivo que celebra a colheita de tudo o que a terra pode oferecer para o homem.

Certamente, inseparável é essa compreensão dominante da fertilidade nos rituais da “Boa Morte”, cujo princípio é o da vida permanente seja na Glória de Nossa Senhora ou na capacidade da vida de Mawu ou Nanã. Há, também, a compreensão plural de que Dadá Segbô pode ser entendida como a grande mãe-pai. O mesmo se dá com Lissá ou Oxalá na sua compreensão como Oxalufã, genitor da terra e dos homens.

Sabidamente, as Irmãs da “Boa Morte” unem Mawu a Lissa, ou Nanã a Oxalá. Assim, são consagrados e notórios os festejos da célebre igreja de Nosso Senhor do Bonfim, na cidade do São Salvador, localizada na colina sagrada, lembrança ancestral do monte Okê, morada mítica do orixá Oxalá.

Por isso, anualmente, a cerimônia da “Lavagem” renova e traz uma fruição de fertilidade, idealmente realizada no culto religioso pela maioria das senhoras que usam, impecavelmente, seus trajes brancos.

Embora a “turistização” faça dessa cerimônia pública mais um “selo turístico” de consumo imediato.

Sem dúvida, as Irmãs da “Boa Morte” têm seus territórios simbólicos muito ampliados em relação ao território da Cachoeira e das cidades próximas. Festas de Largo, da Conceição, de Santa Luzia, do Bonfim, e a mais recente de todas que é a de Santa Bárbara, fazem parte também dessa ampla memória da Boa Morte. Então, para conhecer verdadeiramente esse complexo social e religioso que é a Irmandade da Boa Morte foi necessário um mergulho profundo nos terreiros de candomblé e, principalmente, compartilhar da intimidade das irmãs.

Contudo, o sentimento dominante diante dessa Irmandade, que é uma continuidade do que se entende por fé plural do Recôncavo, une-se a minha missão de pesquisa permanente de campo, vocacionadamente etnográfica.

Para interpretar e ampliar essas leituras antropológicas, que para mim têm um comprometimento ético e moral é preciso viver Cachoeira, se permitindo também um sentimento de afetividade e de alguns êxtases religiosos.

Fundamental é conhecer as irmãs enquanto mulheres-filhas de orixás e voduns, conhecedoras das receitas tradicionais da boa cozinha baiana, verdadeiros patrimônios vivos da história social da Bahia.

Posso trazer memórias pessoais, quando, em 1978, pude estar reunido com as Irmãs da Boa Morte na Igreja Matriz do Rosário para poder contribuir com ações qualitativas, quando à época desempenhei a coordenação de projetos es-

peciais na FUNARTE. Aí, pude, então, me encharcar de dendê, de atá, de obi, de orobó, de efun; e de muitas, muitas conversas.

As Irmãs nas suas compreensões de uma temporalidade cultural peculiar misturavam os orixás, os voduns e os caboclos, dessa heróica terra cahoeirana aos santos da Igreja, às sereias, às serpentes sagradas que dão movimento ao mundo e a terra, com as receitas de maniçoba, de moqueca de folha, de pititinga, de licor de jenipapo; de bolo de milho, de lelê de milho, e ao farto tabuleiro onde impera o acarajé. Pois, tudo flui e reflui.

Ainda, o presente às águas, o cortejo do caboclo, as obrigações públicas de Omolu – momento em que o orixá visita as ruas e as casas; e, no samba de roda pra valer que mostra a nobreza dessas mulheres “do partido alto”.

A primeira emoção que tive em Cachoeira, no ano de 1978, permanece atualizada na afetividade e no respeito àquelas senhoras conhecedoras dos fundamentos dos orixás e dos voduns, e também da sua sabedoria de como elas dialogam com os santos da Igreja, seja no culto comum, na louvação cotidiana ou no tempo das festas do povo do axé, que tem como tema primordial a vida, ou a vida relida pela morte, mas sempre a vitoriosa vida.

Leituras; pesquisas em jornais e livros; conversas com historiadores, com lideranças do candomblé e, especialmente, com as Irmãs; fizeram com que escrevesse, em 1981, o primeiro livro dedicado, e exclusivo, à Irmandade da Boa Morte – Devoção e Culto a Nossa Senhora da Boa Morte. Pesquisa sócio-religiosa. Editora Aliva. Rio de Janeiro.

Esse livro foi uma homenagem, com dedicatória na folha de rosto para a Irmã Estelita, juíza perpétua da Irmandade da Boa Morte. O copyright eu presenteei para a Irmandade como preito e homenagem para essas senhoras guardiãs do culto de Nanã, e na sua extensão ao culto de Maria.

Outra emoção vivida na cidade da Cachoeira foi o convite para participar da Irmandade do Bom Jesus da Paciência, como também ter conhecido pessoas tão generosas e que estão agora no Orun como Augusto Régis e Nini.

A Irmandade da Boa Morte é como a grande serpente Dã, que se movimenta para dar dinâmica às coisas do mundo. Essa serpente foi morar nas águas, e Mawu ofereceu-lhe Hu – o mar. Quando Dã quer olhar o sol, que é Lissá, apresenta-se como o arco-íris, unindo assim os princípios da vida e o da morte de Dadá Segbô.



Depoimentos das Irmãs

IRMÃ DAGMA BONFIM BARBOSA DOS SANTOS - DADINHA

Meu nome de batismo é Dagma Bonfim Barbosa dos Santos, o apelido é Dadinha, eu nasci no dia 15 de janeiro de 1939, aqui em Cachoeira no Terreiro Asepó Eran Opè Oluwá, que é a Fazenda Viva a Deus, num lugar chamado Caminho de Fora. Nasci lá e fui criada em Salvador, vim pra cá (Cachoeira) depois que me aposentei. Cheguei a idade de pertencer a Irmandade da Boa Morte (Nossa Senhora da Glória) e aqui estou.

Irmandade da Boa Morte:

Na Irmandade, o primeiro ano que eu realmente participei da festa foi em 1991, em 1994 tomei posse pra participar da comissão de festa. A festa foi aqui no Carmo. Minhas parentes faziam parte, minha mãe fez, então eu sempre estava presente.

Mas quando foi no dia da eleição da Boa Morte, primeiro de agosto daquele ano, eu me arrumei toda, subi a ladeirinha, justamente por Nossa Senhora, Deus primeiramente, subi a ladeira e fui lá, sentei no banco e esperei a turma chegar pra eleição. Porque a noviça não pode sentar na mesa, não pode nem botar a mão, eu não podia botar, já sabia. Cheguei no banco de tira que tinha, sentei e fiquei esperando.

Eleição:

[...] era realizada pela Irmandade da Paciência e dos Martírios ali naquela Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, era realizada ali, mas depois quando esse outro padre chegou aqui acabou, aí passou a ser feita na própria irmandade. Porque tinha que escolher o feijão e o milho, é que botava fulano de tal, botava o feijão era “sim”, o milho “não”, era assim feita a eleição [...] hoje é escolha e é escolha mesmo, todo mundo votava.

Irmã de bolsa:

Eu me apresentei sozinha, ‘estou aqui em nome de Nossa Senhora, tô me apre-

sentando, desejo entrar pra essa irmandade porque eu gosto, eu amo, eu venero'. Aí se você deseja, você se apresenta, aí alguém, com quem você tenha mais amizade, tenha mais aproximação, você vai dizer a essa pessoa que você deseja entrar e quando você chegar lhe dar apoio, [...] – 'não, eu conheço ela e tal, é filha de não sei de quem, é filha da minha madrinha, é minha prima, é mulher do meu irmão ou é viúva de meu irmão'.

Comidas:

A feijoada é preparada pela Provedora daquele ano, agora o caruru, o mugunzá, é preparado pela comissão do outro ano, porque no dia da feijoada a comissão nova já tomou posse que é no dia de Nossa Senhora da Glória, mas a comissão do ano que vem não pode fazer a feijoada, a feijoada é a comissão daquele ano. Isso acontece desde quando as antigas fundaram a Irmandade lá na Barroquinha, sempre foram servidos esses alimentos. Feijoada, cozido e caruru.

Se fazia sarapatel, o assado de boi, galinha assada, peru assado, tudo isso se fazia. Hoje não faz mais, até poucos anos se fez, você pode até diminuir, mas não pode acabar, tem que dar comida ao povo. É igual a terreiro de candomblé, se tem obrigação, a gente tem que dividir aquilo com todo mundo que tiver presente, quem gosta de comer, come, quem não gosta não come, mas tem que dividir com o povo.

Função de cada cargo:

A Provedora é a cabeça da festa, ela [...] que escolhe o vestido de Nossa Senhora, é a provedora que escolhe a ornamentação da igreja, as cores das flores, o vestido de Nossa Senhora, [...] se encarrega do principal. A tesoureira é ela que ajuda a arrecadar dinheiro, e ajuda em tudo mais. Quer dizer, em geral as quatro trabalham e as outras também.

A Escrivã era pra lançar no livro de ata a nova comissão, o nome das quatro da nova comissão. A Escrivã que deve fazer isso, dizer o quanto arrecadou, o quanto gastou quem foi o padre celebrante, qual a igreja, o horário, tudo que ocorre durante a festa. A Procuradora geral é ela que leva Nossa Senhora pequenininha pra casa da Provedora, e a Provedora sai levando o cajado.

Santinha e cajado:

A santinha desde quando fundou essa irmandade, está na história, ela sempre ficou com a provedora o ano todo. O cajado sempre acompanhou a imagem pra casa da provedora, fica o ano todo, só volta pra sede na véspera da festa, perto da semana da festa.

O cajado é um símbolo da autoridade, como se fosse a pessoa responsável pelo povo, o padre, o arcebispo, o papa não usa o símbolo e diz o que ele é, o que ele representa? E todo mundo respeita aquilo que tá na mão dele, respeita ele também, não é? A mesma coisa é o cajado. Na África, por exemplo, naquelas tribos o chefe usa um símbolo parecendo um rabo de cavalo, de boi aquilo ali é um símbolo dele, é a força. Então a mesma coisa é o cajado da Boa Morte. O cajado da Boa Morte a irmã que nunca foi provedora não pode pegar nesse cajado.

Ceia branca:

[...] é como se fosse assim a Sexta-feira Santa de Jesus Cristo, é todo branco na ceia, é vinho, pão, peixe, o arroz branco. A mesma coisa a Irmandade faz pra Nossa Senhora. As africanas antigas elas tem muita sabedoria, muita sabedoria mesmo. Aí elas faziam a ceia após a missa, para as falecidas, porque todo mundo sabe, aquelas que fundaram aqui, todo mundo ali era de candomblé.

IRMÃ NILZA PRADO

Meu nome é Nilza Prado de Carvalho, tenho 67 anos, sou natural de Cotendas do Sincorá – Bahia. Tenho três meninas e sou viúva.

Eleição:

A eleição é feita entre a juíza perpétua. D. Filhinha tem um livro que registra todo ano as eleitas para a festa, para saber quais as irmãs que foram eleitas a cada ano, o cargo que ocupou, porque você não pode mais voltar atrás, tem que seguir em frente, você pode repetir, mas não voltar. No caso a escrivã, tesoureira, procuradora e provedora. Então você pode repetir o mesmo cargo três ou quatro vezes, se você já foi tesoureira você não pode voltar para ser escrivã.

Visitantes:

Tem muita coisa boa, tem um senhor que na hora da missa disse as meninas que

tinha recebido uma graça. Esse ano teve uma senhora que diz ter sido curada de um câncer. Tudo são momentos que as pessoas contam, que se emociona e acredita que ainda existe muita coisa acima desse mundo, que está tão violento, tão cheio de coisas e que ainda tem gente com fé, que consegue ainda um grande milagre.

Sede:

[...] nós não tínhamos ainda este prédio, então as missas eram realizadas na Igreja e alugava uma casa para fazer a festa profana, o samba. Então chegou um determinado tempo que ele (Padre Hélio) não quis devolver Nossa Senhora, então quando as irmãs forçaram, ele devolveu uma parte e não devolveu a outra, a parte dos ouros. As irmãs era que fazia tudo, fazia a festa, alugava casa, com o dinheiro do trabalho delas, faziam a comida em panela de barro e fogo de lenha, depois dessa reforma da Bahiatursa foi que deu esse status, que vem muita gente de fora.

Formação:

[...] como escravos eles não podiam frequentar a Igreja, então eles fizeram uma promessa pra Nossa Senhora da Boa Morte que desse boa morte, boa morte por quê? Porque os irmãos eram açoitados e jogados nas valas sem um enterro decente, digno, então eles pediam que Nossa Senhora ajudasse, desse uma boa morte e pelo menos um enterro digno e aí pegaram ela como madrinha. Fizeram aquela Igreja da Barroquinha, e diz que no fundo da Igreja eles cultuavam os orixás. O tempo foi passando, aí veio o General Madeira de Melo na época da independência, que não gostava desse ritual aí expulsaram elas de Salvador e vieram para Cachoeira. A maioria se espalhou por Belém, Santo Amaro, esse lado todo, mas a que vingou mesmo foi aqui em Cachoeira.

Ligação com terreiro de candomblé:

Sou ligada ao Terreiro Ilê Iyá Bonan, no Rio de Janeiro, de nação angola, sou Equede de Omolu, Iyabassu é a minha dijina, e sou de Nanã, a mãe que protege o filho.

Irmandade do Rosário dos Pretos de Salvador:

Eles vinham apenas no dia da Glória, eram os convidados sim, ajudavam carregar a santa, participava na missa, mas ai não vieram mais.

Esmola geral:

Desde o início elas vendiam comida e também pediam dinheiro, vendiam objetos para comprar as cartas de alforria, hoje a gente pede para fazer a festa. Antigamente, todo dinheiro arrecadado contava e dava para a provedora.

Missa das irmãs falecidas:

Sempre teve no dia 13 e 14, porque a gente celebra a morte de Maria, pois segundo a Bíblia ela adormece e a gente aproveita para celebrar as irmãs falecidas. Tem irmãs que dizem que sente a presença das irmãs na missa, tem gente até que vê. A gente sente que elas estão ali para participar.

Ceia branca:

É como se fosse um jejum para a preparação da festa. Por isso só come peixe, comida leve, por isso se faz aquela mesa, as irmãs se vestem de branco, com vinho, pão.

Dia 13 o dia que Nossa Senhora falece ou a 'dormição', dia 14 o 'enterro', e dia 15 a Assunção de Nossa Senhora.

Indumentária:

A preta significa o luto e o pano (bioco) em referência aos mulçumanos que vieram do lado de lá. Tudo que nós vestimos hoje vem do tempo das fundadoras. Significa a representação de um pouquinho de cada povo que veio. Cada nação de cada povo. No dia da glória se usa a farda, uma saia preta, com a camisa de rechilieau, com a beca. O lado preto significa o luto e o vermelho a Glória de Nossa Senhora, o sangue, o coração, a alegria.

Adereços:

Os elos nos correntões de ouro, de prata ou bronze, significam o dinheiro da luva, de troca. Cada escravo a depender da nação dele, era trocado por um elo, a depender do preço que o senhor pedia. A depender do preço se trocava por prata, por ouro ou bronze. Por isso não se deixa a Nossa Senhora exposta muito tempo na igreja, porque a roupa que ela usa é de ouro mesmo, e às vezes algumas das irmãs ainda usam, aquelas que estão fazendo a festa.

Vigília:

A vigília é feita de 13 para 14, e as irmãs ficam na irmandade a partir do dia 10 até dia 17, uma semana só. A vigília é como se fosse uma sentinela, quando a pessoa morre não faz a sentinela, então a vigília é a sentinela. Se tivesse um corpo estava velando um corpo, como não tem se faz uma sentinela.

Permanência ritual:

A mesa branca, fazer a vela, o amor por Maria, o ritual católico, dentro dos primeiros ensinamentos, os alimentos.

IRMÃ DALVA DAMIANA DE FREITAS

Fiz agora no dia 27 de setembro 81 anos, nascida em Cachoeira, aqui nesta casa, meus pais nasceram aqui e toda geração. Trabalhava fazendo charuto.

Quanto tempo está na Irmandade:

Eu acompanhava a Irmandade da Boa Morte com minha avó, que se chamava Vicência Ribeiro da Costa, ela era irmã da boa morte. Ela passou por todos os cargos, a mãe de meu pai, e a outra avó mãe da minha mãe também era participante como irmã de bolsa (Tereza). Cresci nessa vida, acompanhando vovó na Festa da Boa Morte, nas coisas e nisso fiquei. Agora quando eu comecei com meu samba de roda botava minhas baianas também vestidas de alvo, pra acabar de complementar o cordão das irmãs da boa morte porque estava em falta das irmãs. A gente ia porque gostava, a frente era todo mundo de branco, e atrás todo mundo com aquela roupa preta que é a farda da boa morte. Gostava de acompanhar porque achava bonito, acho que vai fazer quatorze anos. Eu acompanhava desde o tempo de vovó, Deodata, Edwrigens, Sinhá Abalhe, Dona Luiza, com esse pessoal antigo, eu já vinha acompanhando. Me convidavam para eu ir na Irmandade, mas eu nunca ia, mas nessa época a Boa Morte não era nessa sede de hoje, cada ano era numa casa de aluguel.

Critérios que existiam no passado e os atuais pra entrar na irmandade:

Para entrar na Irmandade a pessoa tinha que ficar conservada, hoje são três anos, antes era sete anos, que a pessoa ficava ali para ir estudando, obedecer, ver o procedimento, porque a pessoa quando entra na Irmandade tem o respeito.

No mês de agosto, mesmo a pessoa que tem marido, tem que ter o respeito a irmandade, aos africanos.

Escolha de uma criança:

Vovó falava, mas eu não alcancei fazer isso. A pessoa tinha uma afilhada, então a pessoa podia tirar uma jóia daquela e dar para aquela afilhada, um correntão.

Periodicidade da festa:

Toda vida teve, e era festa de levar oito dias, porque naquele tempo a gente pedia para os doqueiros, o pessoal da baiana, aquele pessoal que fazia samba, de dia a noite, a noite inteira sambando, bebia, bebia, quando cansava, descansava, tomava uma novamente e era samba durante o dia, agora é que o negócio mudou, que é somente aquele sambinha naquela hora, porque não se faz mais o samba como era, agora é tudo modificado. Mesa branca era o primeiro dia da ceia, é o dia das irmãs mortas, e tem a missa delas, no outro dia já é o funeral dela e a procissão, nesse dia não tem as coisas de comida, pela lei como antigamente tinha tudo. As irmãs cozinhavam na lenha, no carvão do lado de fora, era uma coisa gostosa, todo mundo alegre, era tudo aseado, todo mundo alegre satisfeito, e sambando, sapateando, e com isso as coisas iam.

Ceia Branca:

A ceia branca é porque é o primeiro dia da festa, é o dia das irmãs falecidas, onde tem a missa que é celebrada para elas antes de começar a festa. E tudo que vai à mesa é branco, peixe, frigideira, tudo da parte de peixe, não entra azeite, nem pimenta. O mugunzá é servido porque é a lei da casa, toda vida teve, não tem bebida, então serve o mugunzá.

Dona Zuleika:

Era da casa em frente, morreu um dia desses, Dona Zuleika alcançou ainda a Casa Estrela com D. Santinha e D. Tutuzinha. D. Zuleika, o marido dela chamava seu Machado, acho que ele tinha alguma relação com a Boa Morte, Dona Zuleika era que ornamentava Nossa Senhora.

Quando alguma irmã falece:

Todas vão para o enterro, vestem a farda, com o vermelho por dentro e o preto

por cima, quando a irmã que faleceu já ocupou todos os cargos a gente veste a roupa toda preta, acompanha o enterro, segura o caixão até o cemitério.

Valsa:

A valsa é folia, salvar a vida, sair do cativo, a pessoa no cativo não sai pra lugar nenhum, sujo, maltratado, e a pessoa quando se liberta fica tudo dançando, sorrindo, satisfeito. Essa valsa sempre aconteceu, desde o tempo do pessoal antigo, com a filarmônica tocando.

Samba:

É alegria, tirou o pé da corrente, saiu a alforria, tá tudo alegre, é samba, é dança, é um gutezinho (bebida), tá tudo alegre, é a liberdade conquistada, coisa linda, liberdade para vestir um vestido bonito, se arrumar, a liberdade é tudo, não é não?

Quando acabava as coisas dela (Nossa Senhora) tinha a dança, tinha a valsa, após a valsa o samba, como tem até hoje, mas o samba de agora é eletrificado, mas antigamente era samba na mão, uma dando umbigada na outra, e sapateando, tudo satisfeito, hoje em dia não se pode fazer nada disso.

IRMÃ ANÁLIA DA PAZ SANTOS LEITE

Meu nome é Anália da Paz Santos Leite, eu tenho 69 anos, nasci em Cachoeira, viúva, tenho oito filhos. Vendia acarajé, trabalhei pelos armazéns Luis Barreto, Carlo Leoni, trabalhei na Suerdick, Leite Alves, eram sempre fábricas de charuto e numa empresa que pertencia a Leste chamada Franco Brás pra consertar a ponte, essa ponte D. Pedro II, e eu fui a cozinheira.

Tempo na Irmandade:

Quarenta e três anos, eu era comadre de uma senhora que se chamava Etelvina, já era irmã muito tempo da Boa Morte, e aí eu ia muito na casa dela, depois ela me convidou pra fazer parte da Irmandade.

Irmã de bolsa:

Agora uma filha minha Neci Santos Leite, ela é irmã de bolsa, noviça, que eu botei agora, porque antigamente quando eu entrei era de geração para geração,

era de mãe pra filha. Eu fiquei calada, nunca botei ninguém durante esse prazo, mas chegou a hora, minha filha completou a idade eu coloquei na Irmandade, foi um prazer maravilhoso que eu tive, eu achei que Nossa Senhora me deu um direito maravilhoso dentro da Irmandade.

Crítérios para entrar:

Para ser uma irmã da Boa Morte, você tinha que preservar, gostar, amar, e cultivar as coisas de lá, que era cultivar. Era fazer vela, era lavar roupinha, a roupa de Nossa Senhora porque era toda engomada, toda passadinha. Fazia gosto você arrumar, era uma coisa, mas você tinha que ter essa responsabilidade, você tinha que cuidar, você tinha que participar, lavar a casa, encerrar, deixar aquilo um brinco porque quando eu entrei foi naquela casa pequena dali do largo d' Ajuda, junto da Igreja d' Ajuda, quando eu entrei foi ali.

Formação:

Ela foi criada na Barroquinha em Salvador. Ela levou aqueles anos todos lá. Tinha várias, tinha quase duzentas irmãs, mas na época Madeira de Melo que era o general da polícia veio acabou, batendo, tomando tudo que as irmãs tinha. Tia Ciata se mandou pro Rio de Janeiro se instalou na Praça Onze, as outras irmãs veio pra aqui e daí elas deram continuidade a instituição.

Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo:

Conheço são todas as minhas amigas, lá elas não vestem (beca) lá é de baiana, é de branco, não veste beca, são minhas amigas, elas quando vem aqui eu boto dinheiro nas bolsas delas. São irmãs, eu acho que é tudo uma coisa só, tudo é com a continuidade, agora as irmãs de lá não se organizou, não procurou chegar como as irmãs daqui né? A festa de lá é na mesma época.

Relação com o Candomblé:

Eu sou do Ilê Ibecê Axé Alaketu, situado em Portão, município de Governador Mangabeira, do finado Nezinho, sou neta do Gantois, a nação do terreiro é Ketu, o orixá me protege é Iansã.

Ritual para as irmãs falecidas:

Tem que fazer uma grande sentinela, um grande culto de oração. Uma grande

integração a ela nessa passagem desse mundo para o outro, e aí a gente tem que ter aquela força.

Tiras nas saias:

Para cada cargo ocupado é uma fita. O primeiro ano bota, você é escritã só bota uma tira, você é tesoureira você bota duas tiras, se você já foi mais, você bota, procuradora geral você bota três, provedora você bota quatro, aí forma seis..seis tirinhas ou mais.

Eleição:

Era uma coisa linda, a irmandade de Nosso Senhor dos Martírios, da Paciência. Eles é que iam pra ali pra Igreja do Remédio presidir a irmandade (Kito), seu Aurelino, Antônio Dias, (Pitu Ferreiro) tudo era da irmandade. Era da irmandade, e esses homens se prontificava pra sair eles também saiam juntos, era eles que puxava a Boa Morte, era eles que abria a eleição, a organização da festa da Boa Morte. Eles que seguravam o andor da procissão de Nossa Senhora, ou era as irmãs. Eles auxiliavam financeiramente, ajudava. Quando se botava a bolsa pra eles, eles davam e quem dá a Nossa Senhora só faz crescer.

Nossa Senhora da Boa Morte:

Nossa Senhora, virgem Maria, a mãe de Jesus, Assunção de Nossa Senhora, a ela é a hora que os anjos levam ela pra Glória e tem o dia da ressurreição dela lá com o filho dela lá em cima, assim diz os estudiosos quando no dia 15 de agosto ela passa a ser Nossa Senhora da Glória. ‘Glória, Glória aleluia, Glória, Glória aleluia’, é muito bonito essa ave Maria eu me sinto maravilhosa.

Santinha:

Durante aquele período a irmã que tá com ela zela, vela cuida dela durante todo aquele período, cuida dela, acende vela, aqui em casa encheu o quarto de flor, ela ficava dentro das rosas. É feito uma procissão pra vir pra casa da provedora, e é feito uma procissão pra ela voltar pra casa dela, pra igreja, é outra procissão, e depois da festa ela vai pra casa da provedora.

Cântico para Nossa Senhora da Boa Morte:

“Com a tua proteção, Senhora da Boa Morte abençoa esta missão senhora nossa,

com a tua proteção senhora da Boa Morte”.

Cântico para Nossa Senhora da Glória:

“Louvado a Maria o povo fiel a voz repetia de São Gabriel, ave, ave, ave a ave Maria ave, ave Maria trazendo matando da mão, receba o caminho da santa oração, ave, ave, ave Maria”.

Indumentárias:

Olha o dia de preto, a beca, é um dia de grande respeito, é um dia de um grande carinho, é um dia de uma grande organização, respeito pelo evangelho. Preto é luto, vermelho é o sangue, branco é a paz. O dia da baiana é o símbolo da escrava, porque a irmandade sempre foi com as negras mulçumanas, tinha pessoas do culto afro, pessoas africanas mesmo. É correntão, pulseira, bracelete, essas coisas que estão lá no Museu Costa Pinto. Na época as negras perderam tudo, acabou com tudo, muitas vendeu pra comer pra não morrer de fome.

IRMÃ MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS

Maria da Glória dos Santos, eu nasci em 15 de Agosto de 1924, em Cachoeira e sou viúva. Eu estralava fumo, assim, nas coxas, estralava e fazia o minhocão [...] chamava assim de estralação de fumo.

Ingresso na Irmandade da Boa Morte:

Quando eu fiz cinqüenta anos foi que eu vim. Mas eu vim justamente por isso, porque minha mãe disse “Glória, você nasceu em dia de Nossa Senhora da Glória, um dia bonito, e que aqui tem essa Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, uma Irmandade bonita, de preto que todo mundo gosta, de pessoas digna. Tá vendo Jô, quando você tiver juízo, você entra na Irmandade, vá na missa, se comungue..”

Indumentária:

A farda em si é pra todo mundo fazer assim, fazer a saia pinçada, a blusa bordada, o pano bordado, coisa e tal, a sombrinha e ainda tem a cadeirinha, o tamboretezinho, [...] a chinela branca, a saia pinçada preta, um forro da barra por dentro de cetim vermelho, e tinha o pano da costa de veludo forrado de cetim vermelho.

Tem a saia branca que é a da ceia e do cortejo, aquela roupa bonita do cortejo e da sentinela. Agora no dia da Nossa Senhora da Boa Morte a gente tá com uma farda, mas tem que esconder o vermelho, só mostra o preto, tem que botar o bioco e não botar jóia, mas pode botar o lencinho daqui dos quadris.

Agora no domingo é o dia da missa e da feijoada e tudo, agora bota o lenço bordado e tem a pompa e argola também, a gente capricha, não tem de ouro, mas é dourado.

Formação:

Surgiu a Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, mas a Senhora da Boa Morte que surgiu em Cachoeira já foi um ramal da Barroquinha, que dizem que primeiro surgiu na Barroquinha né? Porque ela prometeu, pediu a Nossa Senhora se ela ajudasse, se desse a alforria pra elas serem livre ia fundar Nossa Senhora da Boa Morte. Por isso o nome de Boa Morte, porque ela não morreu, ela adormeceu os anjos acordou e levou ela assunta ao céu. Por isso é Nossa Senhora Assunta ao Céu. Nossa Senhora da Assunção. Assunção é Assunta, quer dizer a mesma palavra. É assim que uns explicam, outros explicam e no fim quer dizer isso mesmo. Ela foi assunta ao céu!

Casa Estrela:

Cada uma irmã, cada uma mulher tinha uma caixa de frande que botava assim bolacha de goma, aponã, aí elas fazia e tinha aquelas mulher certa pra vir buscar pra levar nas missa, assim nas novena;

Aponã:

Não tá fazendo mais, o aponã é justamente de farinha... acho que é um negócio assim de escaldado. É doce, mas é doce com farinha de guerra, farinha da gente comer, botavam o aponã na folha de banana, passava no forno, arrumava.

Outras Irmandades sobre invocação de Nossa Senhora da Boa Morte:

Teve em Santo Amaro, teve em São Gonçalo, teve em Muritiba. Quer dizer que a única que vingou mesmo, que teve mais gente foi a daqui de Cachoeira. E quando eu cheguei em 1974 estava perto de acabar, não tinha nem dez pessoas, depois que foi entrando e botando uma, escolhendo outra, aí foi morrendo.

Candomblé:

Elas todas são de candomblé, a única que não era de candomblé era eu. Edite que morreu e Dona Maria José que tinha mesa branca de sessão de espírita, mas as outras tudo ali é de candomblé, não tem uma ali que não seja de candomblé. Quem não é raspada é pintada, quem não é pintada é raspada.

Comida:

A sexta-feira é o peixe. Tanto que todo mundo podia fazer de um jeito, de outro, agora não botava nem azeite de dendê nem a pimenta. Agora tinha o bolo de inhame, que diz que tinha que fazer, cozinhar o inhame, depois descascar e fazer aquele bolo, cada prato de irmã tinha que botar um bolinho de inhame.

E a tradição do prato e o caruru todo mundo sabe. O caruru tem que ter o arroz, a galinha, agora não botar a pimenta.

Antigamente até o jeito das comidas era de um jeito porque tinha o mocotó... hoje em dia não bota mais o mocotó na feijoada, não faz mais, não bota mais, o fato também acho que não bota. Antigamente também fazia um bife de fígado pras irmãs.

Outras Irmandades:

A Irmandade da Boa Morte é só de mulheres, a única irmandade que é feminina é a Nossa Senhora da Boa Morte, quer dizer, as outra irmandade a dos Martírios, tem irmã mulher e irmão homem, da Paciência tem irmã mulher e irmão homem, Nossa Senhora da Conceição do Monte tem irmão homem e irmã mulher, a única irmandade que é feminina é a da Boa Morte. Agora os maridos das negas é que formou as outras irmandades, agora sempre foi assim, Bom Jesus da Paciência é a irmandade que mais tinha irmão e todas as irmandades quando tinha que sair convidava Bom Jesus da Paciência para abrir o cortejo, tanto que aqui tinha duas tochas grandes que saia na frente, os irmãos puxando as irmandades toda procissão. Irmandade da Boa Morte acompanhava todas as procissões que tivesse. Quando eu entrei saia umas quatro, saía da Conceição, tinha a Irmandade da Nossa Senhora D'Ajuda, tinha a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo que é a mãe de Caetano, tinha da Nossa Senhora do Rosarinho.

Nossa Senhora:

Significa que é a mãe de Jesus, minha mãe também, que todos os dias eu rezo o Pai Nosso e peço proteção a Ela, tudo que eu arranjo é pedindo a Nossa Senhora e vou adquirindo.

IRMÃ MARIA DA ANUNCIAÇÃO NASCIMENTO

Maria da Anunciação Nascimento, tenho 71 anos, nasci em Monte Alegre, em São Félix, em uma fazenda que era de Picídeo, batizei em Cruz das Almas, me registrei como filha de Muritiba e moro aqui em Mangabeira, e irmã de Cachoeira, porque a minha mãe mora lá, Nossa Senhora da Glória.

Quando eu fiz quarenta anos eu era irmã de bolsa, quando eu fiz quarenta e oito eu entrei na Irmandade, a mais nova que entrou fui eu, não peguei cargo, vim pegar depois, quando eu podia largar tudo e ir para lá. Eu entrei no ano sete de Maria.

Sede:

A gente não tinha nada no começo da festa de Nossa Senhora. A gente vendia doce, licor, vendia no tabuleiro, cria bicho, cria porco, peru, galinha, cria tudo para fazer essa festa, a gente cozinhava de lenha naquela casa pequena.

Irmã de bolsa:

A provedora tem direito de colocar duas irmãs de bolsa para sair recolhendo dinheiro para dar a provedora para fazer a festa. Agora daquele dinheiro, a provedora tirava uma parte e comprava uma saia para festa. Quando começa a festa, a gente dá uma jóia para as irmãs que estão fazendo a festa. A irmã de bolsa fica do lado das outras irmãs, para ver se tem competência para cuidar da Irmandade, pra ver se gosta da roupa, para ver se vai aceitar, então veste a beca, o traje preto e branco.

Festa:

A partir de primeiro de agosto as irmãs da Boa Morte se entrega a Nossa Senhora até acabar a festa, quando começou foi assim. Só pode entrar na Boa Morte as senhoras, porque não tem mais vaidade, para trabalhar para Maria. Quando eu entrei tinha oito mulheres, completaram nove comigo, e dez com Maria. Aí foi chegando, mas agora está cheio.

Ceia Branca:

Quando é treze é a ceia branca, fazendo referência a morte de Maria. Ela não morreu, adormeceu porque não tem conhecimento do tumulo de Maria, nem que ninguém tocou a mão nela. A gente adora como ela morreu, ela dormiu e acordou na glória. Então uma boa morte, a gente sente a sua morte e nós vamos velar. Tem a mesa branca, a procissão, a missa de corpo presente. No outro dia que é o enterro, aí sai em procissão e coloca ela em casa, ficamos em penitência e resguardo, aí vamos preparar a glória e a festa maior, é a Glória de Maria, é tanto que Nossa Senhora é Morte e Glória, é morte e é vida. Temos que dormir o sono eterno, para acordar do outro lado, é o mesmo caso de Maria.

Na ceia branca cada irmã leva o seu prato. Na ceia tem o vinho, o pão, o peixe. A gente faz a mesma ceia pra Nossa Senhora, a mesma que fizeram pra Jesus.

Missa para as irmãs falecidas:

Na missa das irmãs falecidas é lembrar todas as irmãs que já foi. A gente faz as penitências pra elas que é pro Senhor Jesus Cristo abrir os caminhos, e elas fique lá e a gente fazer a festa. É tanto que muitas estão ali presentes. O alimento que a gente dá para elas é a missa, é a oração, e o corpo de Cristo que a gente recebe em memória delas, ai elas estão fortalecidas, estão ali presentes. A pessoa que tem o coração limpo, claro, mente lavada, ver sente passar na igreja, sente passar ali pela casa, sente a presença dela que já foram.

Doações:

A provedora tinha que sair com o brasão de Nossa Senhora e o livro de ouro, para pedir doação, que era para pedir na prefeitura, no governo, ai eles doavam e escrevia tudo naquele caderno.

Nossa Senhora:

Ninguém pode fazer pouco da Virgem a gente tem que andar certa. A gente mais nova tem que seguir as regras da irmã mais velha, se esta ver alguma coisa que a gente fizer que não estar certo na regra e deixa, quem é o culpado? A obrigação da irmã é ensinar: 'não minha filha você tem que seguir esse caminho daqui, aquele caminho dali não é seu ainda'.

No mês de agosto nós irmãs não podemos vestir calça nem saia curta, a gente quando pegava cargo antigamente, tinha que vestir saia o ano todo, só tira a saia depois da festa. É irmã da Boa Morte pra vestir saia, tem que vestir saia, homem não pode tocar nem entrar no quarto de Nossa Senhora.

Vestir Nossa Senhora é no dia oito de setembro, depois da missa ela fica deitada ali, aí vem as irmãs que já foi provedora e que já foi procuradora geral e vai arrumar ela, aí pega as roupas lava. Nossa Senhora é perfeita, não é pra qualquer um, então tem que guardar a honra de Nossa Senhora.

Roupa Branca:

A gente veste o branco de Maria, o branco da paz. Nossa Senhora foi em paz, ela dormiu e acordou na Glória. Quando as irmãs entram com branco na frente buscando a paz de Nossa Senhora, você não vai pegar uma roupa velha e feia e levar seu amigo para um lugar que não volta mais.

Bastão:

Jesus quando no mundo deu a Moisés para ele acreditar e respeitar a chegada do rei, o povo era tão bravo que ele colocou o bastão no chão e transformou em cobra, para mostrar o rei que Deus tinha poder sobre aquele bastão. É o respeito da Irmandade pra todo mundo saber que aquele bastão também tem poder. É tanto que ninguém pega nele só a provedora. Se já foi procuradora geral você pega, se não foi não pega. Ali é um símbolo. O bastão, a gente quando está de cargo, não pode deixar cair nem passar nas mãos de outra pessoa.

IRMÃ DE BOLSA:

ROQUINÉIA DA ANUNCIAÇÃO NASCIMENTO

Sou natural de Muritiba, casada, tenho dois filhos. Eu ingressei desde pequena minha mãe é irmã e me levava, eu e minha irmã, aí eu peguei amor fui gostando. Tive muita fé em Nossa Senhora e sempre quis, foi uma coisa que escolhi desde menina, não porque minha mãe é, mas, porque foi uma coisa minha mesmo.

Eu sou irmã de bolsa. A gente sai arrecadando o dinheiro para ajudar fazer a festa. A irmã de bolsa é como se fosse uma noviça, a gente acompanha três a cinco anos, só passa a ser do membro, a vestir a beca, depois que recebe o primeiro cargo.

Traje da irmã de bolsa:

Ela se veste com roupa branca, durante os três dias da festa ela só pode sair na procissão, e em todos os atos religiosos de branco.

Sentimento por fazer parte da Irmandade da Boa Morte:

É muito importante na minha vida particular. Na hora que eu mais precisei de Nossa Senhora ela jogou o manto sagrado em cima de mim, é uma coisa que eu não sei explicar com palavras.

Relação com as mais velhas:

Lá é assim, as mais novas tem que pedir a benção a todas as irmãs mais velhas, já é uma tradição, a gente também dá benção uma a outra da irmandade, tanto de idade como de Irmandade. A primeira que a gente dá benção é Dona Ester e dona Filhinha que é a mais velha, aí vai dando benção a todas elas.

Pertence a algum candomblé?

Sou equede da casa da nação jeje. O orixá que me protege é Iemanjá.

IRMÃ MARIA LAMEU DA SILVA SANTOS

Tenho 77 anos, natural de Cachoeira/São Félix. Nasci em Cachoeira e me criei em São Felix, dez filhos vivos, tive quatorze, divorciei e casei de novo. Estou com ele há 55 anos, 54 netos, 33 bisnetos, 2 tataranetos. Antes de trabalhar na fábrica eu fazia tudo, já fui empregada doméstica, trabalho bruto, já lavei de ganho, quebrei pedra, já tirei lenha para vender pra dar de comida aos filhos, já pesquei muito no Rio Paraguaçu, depois fui trabalhar no interior de Conceição de Feira de Santana, depois fui trabalhar em fazer papel.

Irmandade:

Desde pequena tenho fanatismo pela Irmandade. Saia da escola ia para lá comer feijão das mulheres, ficar por lá até quando chegou minha idade e entrei, não sei quanto tempo tenho na Irmandade, deve ter uns mais de trinta para lá, quando entrei tinha poucas eu levei pouco tempo para tomar cargo. Estou indo se Deus quiser até o dia de morrer.

Fui indicada por Maria Cerqueira, ela já morreu, foi quem me botou lá. Ela me disse umbora comadre, aí eu fui, eu continuei fazendo festa. A primeira festa que eu fiz foi com Dona Estelita, Anália e uma que já morreu também chamada Antonia. Fui provedora eu acho por três vezes, fui procuradora geral, já tenho sete saias guardadas.

Festa:

Quando entrei a gente trabalhava o ano todo para fazer a festa. Uma criava galinha outra criava um porco e a gente resolvia tudo pra fazer a festa, agora já tem ajuda. Quando chegava perto as quatro irmãs fazia tudo, pagava missa, foguete era tudo com a gente. Tudo era na Casa Estrela.

Quando chegava a festa Dona Estelita era quem fazia tudo, resolvia tudo, até hoje na esmola geral a gente só vai para rua se passar lá.

Depois foi para aquela casa (Igreja d’Ajuda) onde é o museu. Agente fazia a festa ali, era apertado, a gente cozinhava do lado de fora, de lenha, chegamos a fazer comida na panela de barro, quando acabava a festa a gente ia lavar panela lá na beira do rio.

Samba de Roda:

Quando cheguei já encontrei o samba e a valsa. O samba comia a noite, nos três dias da festa, 15, 16, 17, quem tocava era aquele povo antigo, aqueles homens para fazer o samba de pandeiro e viola. Tinha o finado Manoel de Andresa, tinha Timboso, Barruar, esse povo era tudo antigo, esse povo a gente convidava para festa da Boa Morte. Participava quase toda a cidade, só não tinha esse negócio de turista. O samba de roda, agora a gente não tem nem jeito de sambar porque o povo não deixa, o samba não era em palanque não, as pessoas faziam o samba no chão mesmo, era três dias de samba todo mundo participava, todo mundo comia. Agora precisa até polícia pra agüentar, ali se não tiver a gente não suporta.

Cargos:

Já ocupei todos os cargos já fui escritã, tesoureira, provedora, procuradora geral duas vezes e provedora também. Quando é provedora a santinha passa o ano

todo na casa da pessoa. Quando eu fui mamãe ficou aqui no terreiro (Terreiro Dacossidê), na minha casa. Quando termina a festa ela vai para casa da provedora, a gente marca o dia e a hora para ela ir, ela fica até o outro ano, até a semana da festa. Ela vem depois da eleição e antes da esmola geral.

IRMÃ JOSELITA SAMPAIO ALVES

Eu me chamo Joselita Sampaio Alves, sou mais conhecida por Zelita da Boa Morte, na minha profissão é Zelita do Acarajé, todo mundo me conhece em São Félix, tô com a idade de 65 anos, sou natural daqui de São Félix, nasci e me criei aqui. Sou viúva. Tenho dois filhos, um casal, tenho quatros netos e tô com uma menina que fez quinze anos, peguei com sete e agora tá com quinze.

Ingresso:

Na Irmandade minha filha, eu já tenho vinte anos. [...] Quem me levou pra Irmandade foi Áurea, uma das mais antigas, antiga não, mais velha da Irmandade, porém ela já faleceu.

Critérios para ingressar:

Primeiro o ingresso de mulheres negras acima de quarenta anos, com a idade avançada porque diz que é mais responsável, diz que é a mulher que já não tá mais chegada a amores, ainda tem mais essa né, se dedica com mais fé.

Sede:

Naquela época era numa casinha que tem hoje em dia ao lado da Igreja d’Ajuda. Foi ali onde nasceu a primeira casa da Irmandade da Boa Morte dada por Padre Fernando, aquela parte ali do pedacinho da Igreja d’Ajuda, para que a gente se colocasse ali, porque vivia em casa em casa se fazendo a festa. Quando eu cheguei já estava ali, mas várias festas que eu mocinha ia participar era um ano tava numa casa, outro ano tava em outra, assim, porque não tinha sua morada certa.

A gente cozinhava com lenha, comprava os feixes de lenha né?, carvão e armava aquele fogareiro ali naquela frente porque não tem fundo ali. Não tem fundo aquilo ali, então na frente naquela área ali onde era todo o festejo, ali mesmo era onde nós cozinhávamos, toda a comida era feita ali fora, depois trazia pra parte

de dentro pra ser servida ao povo. A noite ali já estava tudo limpinho, era onde fazia o samba, era tudo ali mesmo, porque quando eu entrei ainda era ali Irmandade da Boa Morte:

Eu faço parte da Irmandade porque sinto muito amor, carinho, tenho muita paz e rezar com fé e chegar perto a Nossa Senhora é muito bom, é muito belo. Eu não fui por fraqueza, não fui por beleza de roupa nem de farda, nem de certos conhecimentos não, eu fui porque eu achei que deveria viver numa irmandade. Eu tinha vontade muita de entrar na Irmandade de Coração de Jesus, eu sou católica, sou igreja mesmo. Minha religião primeira é o candomblé, não escondo pra ninguém, sou do candomblé, minha religião é o candomblé, porque candomblé é religião entendeu e sou católica.

Terreiro.

Eu sou filha do Ylê Alabaxé do Babalorixá Edson dos Santos, em Maragogipe.

IRMÃ JORLANDA SOUZA FREITAS (DELECY)

Eu nasci no dia 04 de dezembro de 1944, eu vou completar 55 anos. Já trabalhei de acarajé. Quando me casei fui morar em Salvador, meu marido era militar. Na Boa Morte eu estou com 19, 20 anos, sou uma das caçulas. Sou de Ogum e de Oxalá, do Terreiro Ilê Pô Didê, nação Nagô Ijexá.

Ingresso:

Minha madrinha era da Irmandade, quando me casei ela me falou: ‘um dia você vai ser da Irmandade’. A gente fez promessa a ela (Nossa Senhora), se ela nos livrasse do cativeiro a nossa família, o povo geral da escravidão, então a gente ia pedir esmola pra poder fazer a festa de Nossa Senhora.

Preparo da Comida:

A gente preparava o fogareiro para moquear os mocotós, fazia o cozido, a comida, cobria tudo e de noite ia servir ao pessoal, hoje a gente senta tem outras pessoas pra fazer que a gente já está tudo de idade.

Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora da Glória:

Pra mim Nossa Senhora é mãe do universo, mãe de nós todos, de Jesus e nossa, e a gente tem que guardar essa fé, cada qual como sabe, a gente não deve sair da fé.

Graça alcançada:

Eu já tive uma passagem com quarenta e poucos anos. Eu tive uma gravidez arriscada, então muito enjoada fiquei enfraquecida, peguei uma gripe não tinha apetite, os médicos me deu uns remédios e o menino nasceu de sete meses. [...] Eu pedi a Nossa Senhora que eu ficasse boa para criar meus filhos, pra não passar por que eu passei e ela me atendeu, se ela fizesse isso eu ia voltar para Cachoeira ser uma devota dela e fui e sou até hoje.

Festa:

Essa festa terminava no dia oito de setembro quando a gente levava Nossa Senhora para casa de quem passou o cajado. A gente fazia outra missa, uma feijoada, o povo vinha, quando passava oficialmente Nossa Senhora pequena para casa da provedora.

IRMÃ DE BOLSA: ANA GILDA DOS SANTOS CERQUEIRA

Ana Gilda dos Santos Cerqueira, tenho 58 anos, nasci em Bananeiras, município de Conceição da Feira, hoje se encontra debaixo d'água e vim pra São Felix, terminei de me criar em São Félix, tenho 52 anos que moro em São Félix.

Fui solteira, me casei, hoje sou divorciada. Tenho três filhos, onze irmãos (risos), tenho neto Pedro Rafael e tô aqui aposentada, hoje sou confirmada e aprovada na Confederação Baiana Yalorixá, Filha de Yansã com Omolu, filha de Mara, Marinalva Suni da Silva, filha de Ogum Inirê do Terreiro Ylê Axé Ogum Inirê em Cruz das Almas.

Ingresso:

Eu tenho três anos já na Irmandade. Entrei por amor, entrei por amor sim porque Nossa Senhora é uma mãe maravilhosa [...]. Um dia eu senti uma dor no ombro esquerdo e essa dor eu pedi, peguei o andor de Nossa Senhora da Boa Morte e segurei, andei um bom caminho com esse ombro doente. Quando terminou a procissão que eu procurei a dor, não existia mais, tinha passado, então a minha fé, o meu amor por Nossa Senhora da Boa Morte ela me curou, porque hoje não sinto mais dores nenhuma no braço esquerdo.

Devoção a Nossa Senhora da Boa Morte:

Pelos antigos que lá estiveram eles falavam que foi um pedido que os negros fizeram a Ela. Convocaram o espírito de Nossa Senhora pra que alentasse a morte deles, desse uma morte tranqüila, uma morte calma. Era isso que eles falavam e falam até hoje, que os escravos pediu essa proteção a Nossa Senhora da Boa Morte, para que tivesse uma morte calma, então continuaram a venerar a Nossa Senhora e até hoje estamos venerando Ela.

Farda:

Camisa, saia, o pano da costa, a camisa e o camizolo, o pano da cabeça que amarra pra fazer uma toquinha atrás e o bioco também que é aquele que amarra aqui (aponta para o queixo).

Primeira farda:

È incumbido pela direção que é dona Celina, com Dida e a juíza perpétua. São elas que passam a roupa pra nós junto com as nossas irmãs mais velhas.

Comida distribuída ao povo:

A alimentação é o significado de prosperidade, que tudo que você faz com abundância, a prosperidade vem, tudo que você faz com amor relacionado a Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Glória, nós vamos ter retorno, nós vamos ter retorno como? Saúde, vitórias, benefícios e sempre Ela nos ajuda.

Comida distribuída aos presos:

Jesus disse 'Daí que tu receberás', então se encontra presos, sem liberdade e na hora de uma oferta dessas nós estamos ofertando a parte de Cristo, que dando tu recebe, então nós vamos dá pra nós recebermos. Aqueles que se encontram nas sarjetas, que é as delegacias, que se encontram nos hospitais, que se encontram debaixo do viaduto, então é isso que nós fazemos. Dá pra receber.

Samba:

O samba de roda é um batuque que já vem de antepassados e tá no nosso sangue. [...] É porque quando começou foi a primeira, foi a primeira festa, foi a primeira digamos, alegria, foi o samba de roda, porque foi feito pelos escravos, então nós cultivamos a memória de nossos ancestrais que é o samba de roda trazido por eles pra Bahia.

IRMÃ MARIA DAS DORES DA CONCEIÇÃO (DAZINHA)

Sou filha de Muritiba, nasci em mil novecentos e dezesseis. Graças a Deus tive cinco, só tenho agora três. Já fui casada, marido tá no espaço e eu tô aqui. Eu fazia [...] charuto, trabalhava em charuto depois (o armazém fechou) o trabalho fechou, eu fui trabalhar em trapicho, armazém. Trabalhava na Fábrica Pimentel.

Candomblé:

Já fui, hoje não sou mais, já tenho a minha liberdade. Eu sou de Obá com Ogum, mas eu sou filha de Obá, feita desde criança nasci dentro da camarinha.

Juíza Perpétua:

É ela quem faz tudo é ela... tudo nós temos que combinar com ela, nós não pode fazer nada sem ela [...]. È a mais velha... Dona Ester quem manda... Deus primeiramente, Nossa Senhora e ela, quem manda tudo, nós não vai fazer nada sem falar com ela.

Nossa Senhora da Boa Morte:

É uma mãe carinhosa, ela faz de tudo para os filhos dela. O que a gente pede chorando, ela dá sorrindo, tem coisa que a gente pede chorando. Eu mesmo sou assim, quando eu peço uma caridade fico chorando pela caridade, acredito muito, muito, muito mesmo.

Ano sete:

Quando faz sete anos completo que teve a festa a provedora é Nossa Senhora nós temos, todas saímos, todas tem que vir queira que não queira, tem que vir que o dia é dela, então a festa dela, nós temos que fazer.

Comida:

A festa é de Nossa Senhora nós não podemos botar azeite, não pode levar azeite, caruru faz tudo, no caruru no dia de entregar a posse leva azeite, no dia de entregar a posse, mas antes de entregar a posse não pode botar, pode perguntar a minha irmã perpétua. Coco e azeite doce é o que leva.

Pipoca:

É em louvor ao meu pai, é o filho de Nossa Senhora (está falando de São Roque/Obaluaê), tá entendendo? Porque nós tem que fazer um tabuleiro de milho pra sempre entregar na época de dia de festa, a gente faz bota pra quem chegar pode tirar faz o descarrego cê entendeu né? Aí a gente dá um pouco, dá pronto... come, passa no corpo, come quem quiser.

São Roque:

É o pai da lepra, é o pai dos pequenos pedaços.

É tudo de São Roque, tudo ali aquele pão, tudo é bento [...] o padre benze, pega leva pra igreja.

Valsa:

Toda vida teve, desde minha madrinha (Ambrozina), ela disse que entrou todo mundo dentro da escravidão, quando deu a liberdade, que deu a elas, teve aquela valsa por Nossa Senhora, que a valsa não é de Nossa Senhora, a valsa somos pra nós.

IRMÃ NARCISA CÂNDIDA DA CONCEIÇÃO – FILHINHA.

Meu nome é da Narcisa Cândida da Conceição, o apelido é Filhinha. Sou uma boa pessoa, uma boa filha, uma boa mãe. Eu tive sete filhos, mas só tenho um, só existe um, morreu tudo. Morreu tudo pequeno, só vingou, só teve um que vingou os outros tudo morreu, e criei vinte e oito filho dos outros.

Ingresso:

Eu entrei na Irmandade da Boa Morte e até hoje graças a Deus, nunca me dei mal, que eu cumpro meus dever certo, o que eu tenho que fazer, o que eu sei que Nossa Senhora precisa na festa dela eu, eu assumo, minha responsabilidade por minha conta. Não tenho arrependimento de ter entrado na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Eu vivia uma vida muito triste, eu fazia panela, eu fazia teia, eu vivia sentada aqui fazendo panela, eu vivia aqui nesse chão fazendo panela, de dia a noite, aqui nesse chão. Depois que eu fiz esse projeto ela me ajudou, me levantou. Não vou negar, eu não tinha nenhuma casa pra morar e depois que eu entrei na irmandade dela, hoje em dia eu me acho com dez quartinhos, tem essa casa daqui pra eu morar e tem dez quartinhos. [...] Eu deixei tudo pra acompanhar

a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e acompanhar a Iemanjá.

Promessa:

Eu vivia uma vida muito ruim. Eu [...] um dia de sexta feira lá pra baixo, pra rua e vi aquela Irmandade, daquele bocado de irmã, tudo vestida de branco com xale preto, aí eu pedi, me ajoelhei no meio da rua e pedi, se ela me ajudasse eu entrava na irmandade dela [...]. Deus me ajudou, ela tá me ajudando, tá dando pra voltar minha vida, tá dando pra aguentar tanto que eu já tô dessa idade (106 anos) e ainda to fazendo tudo. Eu faço tudo. Ainda cozo, ainda bordo, ainda faço bordado, faço esse negócio de croché, bainha aberta, tudo ainda eu faço, por milagre de Deus e a ela que me dá força, me dá iluminação, me dá a coragem pra eu fazer tudo na minha vida.

Irmãs:

Quando eu entrei na Irmandade da Boa Morte tinha cento e vinte mulher. Aí foi caminhando pra frente, foi adoecendo, foi morrendo, foi morrendo até que agora só tem vinte. Só tem vinte irmã.

Casa Estrela:

Na Casa Estrela fazia doce, a finada Santinha que era dona de Nossa Senhora, aquela Irmandade foi pra, criada da Barroquinha, de Salvador. A Irmandade acabou, a finada Santinha era da Irmandade, queriam acabar a Irmandade, ela disse, não precisa, não acaba a Irmandade por completo não porque, eu assumo, eu tomo conta da Irmandade. Tomou conta, pegou Nossa Senhora trouxe para cá, pra Casa Estrela [...]. Nossa Senhora foi nascida, foi feita da Casa Estrela, a partir da Casa Estrela.

Sede:

Era alugada. A Boa Morte não tinha nem uma casa pra dizer assim, tinha essa casa pra ficar, era alugada. Cozinhava na rua. O lugar que tinha era aquela capelinha que tem de cima, o primeiro coisa de Nossa Senhora da Boa Morte era ali, ficava ali.

Acho que a Irmandade, depois que a finada Santinha morreu, a Irmandade ficou a toa e depois que a advogada Celina tomou conta foi que botou tudo no lugar. Mandou fazer igreja, dirigiu três sobrados pra fazer ali aquele lugar, tudo foi ela.

Dois foi da população, do patrimônio e um foi ela que deu, aquele vermelho, de cima, aquele sobrado é dela, ela que fez, doou pra Boa Morte. É ali que as irmãs fica quando é tempo de festa.

Dona Zuleika:

Ela é italiana, ela não é daqui não, ela é dos estrangeiro. Mas ela fazia toda a parte da Boa Morte e toda costura da Boa Morte. Nossa Senhora quem fazia era ela, metade das coisas partia de lá da casa dela, a casa dela ficava combinada com a finada Santinha.

Cargos:

Eu já fui provedora, já fui procuradora geral. Como procuradora geral eu já tive cinco vezes. Já respondi uns três cargos das irmãs que morreu, porque tamos juntos. Vamos dizer que você é minha irmã, a daqui é minha irmã, no meio dessa daqui morre uma, quem tem que responder aquela parte é a gente, você responde da parte da gente, eu respondo da parte daquela que morreu.

Função dos cargos:

As irmãs vai entrando, trabalha praquela que já tá no lugar, trabalha um ano praquelas irmã. Chama irmã de bolso, chama escritã, chama escritã, é por isso que era quatro e aquela escritã tudo é combinado com aquelas duas do cargo, pra completar os quatro cargos. Tira o mês todo, o ano todo, vai tirando aquele dinheiro na miçanga na bolsa e ajuntando. Agora cuidar do dinheiro da esmola. Pega aquele dinheiro e entrega a tesoureira, a tesoureira que é responsável por tudo e a procuradora geral pra explicar as coisas, dizer como é que vai fazer, como é que vai ficar, como é a festa esse ano, o que vai gastar, o que vai comprar. Quem endireita tudo ali que tá errado é Dida. Dida resolve, Celina resolve por fora sobre as irmãs, o que tem de errado ali na casa quem endireita é Dida. Se precisar de qualquer um conserto na casa, se precisar de uma água ou uma luz tudo pra pagar, tudo ali é Dida é responsável. É responsável de tudo.

Candomblé:

Candomblé não tem nada a ver com a Boa Morte. Tenho sessenta anos de candomblé, tenho sessenta anos de Yalorixá. Terreiro de Candomblé Ilê Axé Itá Ilê.

Bastão:

Aquele cajado, só quem tem direito de carregar aquele cajado é a provedora. Assume a responsabilidade da festa. Aí é um privilégio das grandes. Aquele acompanhado com a santa é um privilégio grande aquele cajado, nem todo mundo pode pegar naquele cajado, o mistério de Nossa Senhora tá naquele cajado.

Irmadade Bom Jesus da Paciência:

Que carregava Nossa Senhora era aqueles homem da Irmadade de Bom Jesus da Paciência, outro homem de fora não tinha o direito de pegar em Nossa Senhora. O que eu tô dizendo que o privilégio de Nossa Senhora não é mais segredo. Que só quem carregava era as irmãs da Boa Morte, acompanhada com o tiro (tiro de guerra), o tiro acompanhando por fora, fazendo roda por fora e os irmãos da Paciência, era dez irmão, [...], pra carregar, agora é todo mundo carregando.

IRMÃ ESTELITA SANTANA

Eu, na Boa Morte sou a juíza perpétua agora, não tenho mais nada pra fazer. [...] então não há nada na Boa Morte que eu possa fazer, é apreciar a missa sentada, sem mais lugar nenhum. Porque a minha idade é cento e três anos.

Sede:

A irmandade da Boa Morte, era [...], era Julia Mirta, que era a mais velha de todas, e aí pra continuar o movimento, nós não tinha casa pra fazer a festa, todo ano alugava numa rua uma casa pra fazer a festa, num mês. De uns, dez anos pra cá é que nós temos casa, a mais que possa tem poucos anos [...].

Juíza Perpétua:

Naquela ocasião não tinha juíza perpétua. Tinha a, como é, a procuradora geral, a tesoureira, a escritã e a provedora. A dona da festa é a provedora, segundo a tesoureira, terceiro a escritã e derradeiro a procuradora geral porque se a provedora não tivesse saído qualquer movimento pra fazer a festa, quem fazia a festa era a procuradora geral.

A função da juíza perpétua:

O meu cargo, como juíza perpétua, é atenção do povo, o que tiver errado, chamar



atenção, ou colher o que precisa, mostrar a elas como fazem, é isso que precisa, dar um conselho, ‘filha, vocês gosta de beber? A festa não é bebida. Festa não se bebe pra ficar embriagada’, a festa aqui, marido não faz parte, é seu marido, mas é na sua casa, a mesma coisa era filho de santo, é filho de santo lá na casa de seus pais, [...].

Memórias:

E naquele tempo, todo mundo trabalhava, quase que não tinha quem ajudasse, cada empregada daquela tinha que fazer um balaio, todo ano pra assumir a festa, as outras toda, cada qual tinha que entrar com um tanto pra pagar a festa. Todo mundo das encarregadas e no dia próximo da festa, as irmãs tudo tinha que sair, a esmola geral pra colher, pra poder ajudar as outras, e agora faz a festa da esmola geral [...]. E disso pra cá, então a festa foi continuando cada vez mais, os governadores, prefeitos, todo mundo foi ajudando a festa e a festa continua nesse momento.

Casa de São Benedito:

Não, não teve mudança das irmãs, as irmãs naquele tempo eram mais velhas, [...] eu não posso contar muita coisa agora, mas o que eu conto é que a Boa Morte não tinha casa. Padre Fernando nos deu essa parte, porque todo ano a gente tinha que alugar casa, e ele disse, ‘vocês não tem casa, tudo que vocês tiverem da Boa Morte vocês peguem e coloquem lá naquela casa’, e aí a gente fomos movimentando, a coisa tá melhor, ela agora tem uma casa.

Sede atual:

Mas agora a Boa Morte tem casa um casal de americanos chegou aqui, nós deu a primeira casa, segundo Salu, foi prefeito também, nos deu a segunda casa, e Celina, uma advogada da irmandade nos deu a terceira casa, que foi três andar.

Casa Estrela:

Quando eu entrei na Casa Estrela, foi a primeira coisa que eu recebi foi ordem de Dona Santa e a outra irmã mais velha, a gente chamava ela Tutu, eu recebi muita responsabilidade, muito carinho, muito cuidado da casa, das irmãs da Casa Estrela. Ela que a posse, e todo ano toma conta e das roupas e dos ouros das irmãs tudo, quem colocou foi ela, mas depois agora cada qual ir cumprir os seus deveres. Todo ano,

Dona Santa e dona Tutu quando a festa acabava, ela tomava conta daquelas roupa toda, daqueles ouro todo pra limpar, pra escovar, pra botar no sol e quando, no ano que era as outras que ia fazer a festa, mas as irmãs tinha o cuidado de vir, ia Tutu, Dona Santa, estou aqui, tá na hora da festa, me dê o que eu preciso, ela entregava tudo, tome suas roupas, tome suas jóias e coloque. Ela todo ano tomava conta daquilo tudo, eu não sei como ela tinha memória pra tomar conta daquilo tudo, passar no sol, escovar cada qual o seu, e [...] como primeira quando eu entrei na festa a minha saia quem mandou fazer foi Dona Santa, quem costurou foi Didi de Padre Itapiranga, nesse tempo era Padre Itapiranga e eu tenho ela até hoje com muito cuidado, foi quando eu entrei na Boa Morte, agora não posso dizer a quantidade dos anos.

Cândido Onofre:

Cândido Onofre era povo da Boa Morte e era da família da Casa Estrela, ele era, sabe o que? Ourive. Cândido Onofre que fazia muita coisa pra Boa Morte.

Jóias:

Cada qual que tinha a sua jóia era dona de si próprio. Eram correntões. Aquelas mulheres antigas tinha ouro, mas a família foi destruindo, cada qual que foi desaparecendo a família foi destruindo e também foi vendendo, não ficou pra ninguém. É uma ou outra que tem uma peça do seu passado, de sua avó, assim, é uma ou outra que tem.

Outras irmandades:

Tinha outras irmandades e como Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição do Monte, tinha Senhor da Paciência, a Ordem Terceira. Acompanhavam, se tivessem convidado acompanhavam. A Paciência, por exemplo, sempre acompanhou a Boa Morte, até que a Paciência terminou num sei nem por que, sei que foi saindo, foi morrendo, sempre morre e desaparece.

Pessoa que convidou:

Ela não era irmã, ela era da família dos africanos e então ela como mais velha que ficou aí no Brasil, tomou conta da Boa Morte, que a Boa Morte também era da Cachoeira não. A Boa Morte vem pra Cachoeira de navio pelo porão, como ela veio da África, veio pelo porão. Então ela quando veio aqui pra Cachoeira levaram ela pra casa de uma senhora que era antiga, chamava-se Maria, não foi pra Igreja, não.

Ela foi pra casa dessa senhora, que foi quem tomou conta de tudo e agora eu tô me esquecendo o nome dela. A Casa Estrela tomou conta de roupa, disso. Maria... esqueci o nome dela agora, que ela tomou conta de tudo da Boa Morte, de forma que quando se aproximava a Festa da Boa Morte as irmãs antigas ia buscar Nossa Senhora nessa casa com tudo pra levar pra Igreja. Depois que terminasse a festa, Nossa Senhora voltava outra vez.

Irmã de bolsa:

Aquelas novatas, que não tinha cargo ainda vira irmã de bolsa, [...] até que elas recebessem o cargo e pusessem a sua farda pra poder entrar na irmandade.

Posições na Procissão:

As irmã que era vestida da farda da Boa Morte próximo ao andor, ia na frente, então aquelas que era irmã de bolsa e aquelas meninota tudo ia tudo na frente, tudo de branco. Primeiramente aquela irmandade que quisesse entrar, como a Paciência, a Ordem Terceira, ia na frente, seguindo então ia as mulheres que fosse irmã de bolsa [...].

Irmã da Boa Morte:

Podia ser casada, podia ser viúva, mas mesmo assim os maridos não fazia parte da festa, como até hoje homem não faz parte na festa da Boa Morte. Na festa quer dizer, eles podem ir na festa, mas pra fazer parte com ela, eles vão tocar, vão sambar, se reunir, mas pra fazer parte com elas não.

Cuidar de Nossa Senhora:

Existe a advogada, a irmã da advogada, como procuradora geral, e agora as encarregadas da festa.

Santinha:

A Santinha, a Boa Morte é deitada, como morta mesmo, e Nossa Senhora da Glória é no dia da ressurreição que é no dia da festa, ela é de pé. Em pezinha com todo o movimento dela, para as quatro também carregar, agora pode passar pras mãos de outra qualquer, que queira ajudar a carregar também, mas quem tira da Igreja e até certa altura também quem carrega são as irmãs.

A roupa:

A roupa da Boa Morte é preto e vermelho, calçado branco, blusa branca, sempre eu alcancei assim e assim está até hoje. Como eu to dizendo eu tive a minha saia, primeira que a fazenda não existe mais, chamava-se Mirinolina, [...], quem trabalhava era Didi de Padre Itapiranga. Agora é o seguinte, essa moça era moça e irmã, Manoel Ourive e Didi, porque ela era cozinheira do padre e a mãe dela, de Didi e de Manoel, era cozinheira do padre Itapiranga, daquele tempo passado. E ela, a velha morreu e então o padre ficou com o casal de irmão na educação deles, tudo que eles precisava, tudo quem mantinha era ele. Ele botou Manoel pra ser ourive e botou Didi pra estudar, costurar, tudo que fosse preciso, de forma que a minha primeira saia quem costurou foi Didi. Todos eles já são morto, mas eu vou viver. A minha primeira saia teve chita, quando entrei na Boa Morte. Ela (saia) aí foi passada na prensa e arame pra poder pendurar. Agora não se usa mais isso não. Aí ó, ta vendo aí como é? Isso tem mais de sessenta anos e essa fazenda não existe mais. Tá vendo? [...] Isso aí era na prensa, botava fazenda, botava um fio de arame.

O orixá que protege a senhora:

Obaluaê



Parecer Técnico Registro do Bem Cultural de Natureza Imaterial A Festa da Boa Morte em Cachoeira

Notificação Pública
Salvador, 25 de junho de 2009

* Mateus Torres

“Assim, parece-nos justo afirmar que se processa uma revolução silenciosa, quando segmentos da sociedade civil, detentores de saberes tradicionais e locais, associados a profissionais no interior do aparelho de Estado, e possuidores de saberes específicos, colocam em marcha um novo conceito de patrimônio cultural.”¹⁰²

Este processo trata da inclusão do segmento de matriz africana **A Festa da Boa Morte**, em Cachoeira, como patrimônio cultural da Bahia, no **Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações**.

Conforme já se manifestou anteriormente, este Instituto compreende a lida oficial com o patrimônio imaterial como um desafio recente e grandioso, sobre o qual todos os órgãos de preservação patrimonial do Brasil – e de diversos países do mundo – estão debruçados no presente momento, reavaliando, em si e entre si, o próprio conceito de patrimônio, desenvolvendo novas metodologias de pesquisa e discutindo as políticas públicas e os instrumentos legais de aplicação estabelecidos em prol da preservação dos bens culturais.

Nesse contexto e tendo participado das principais mesas de discussão formadas

¹⁰² ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 12.

* Museólogo.

no país acerca do tema – recebendo inúmeras contribuições, sobretudo, conceituais e contribuindo, ao partilhar as próprias experiências vivenciadas nos trabalhos realizados – somado aos resultados de uma extensa pesquisa iconográfica, etnográfica e histórica sobre o objeto, que inclui mais de 25 horas de gravações de entrevistas em suportes audiovisuais – o que possibilitou a edição do documentário componente deste dossiê –, com seu conteúdo avaliado e transcrito, esta Gerência de Pesquisa e Legislação do IPAC apresenta um **parecer favorável** à inclusão da Festa da Boa Morte no **Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações**.

Trata-se, novamente, de uma manifestação do povo de origem afro-descendente que, tomando emprestadas as palavras do antropólogo Raul Lody – que abrilhantou esse dossiê, ao ceder generosamente o seu texto **Abiyamo obirin di oku**, escrito especialmente para esta empreitada –, “Durante trezentos e cinqüenta anos cruzou o oceano dos tubarões e chegou a nossa costa para verdadeiramente colonizar o Brasil”¹⁰³. Considerando as condições às quais foi submetido, desde o seu “seqüestro”, passando pela barbárie que foi todo o período escravagista, até alcançar uma etapa menos sangrenta – mas nem por isso menos repressiva simbolicamente – do **Mito da Democracia Racial**¹⁰⁴, não causa estranhamento algum que esse povo, cujas expressões culturais, sobretudo, as ligadas à sua religiosidade, tiveram de ser “disfarçadas” para sobreviver às imposições de um país predominantemente católico, compreenda a atual conjuntura como momento propício para reivindicar o reconhecimento oficial das suas inúmeras manifestações culturais, incontestavelmente fundamentais para a formação da identidade deste estado e, mais correto afirmar, deste país.

Apenas para título de exemplificação, podem-se citar alguns registros, nos âmbitos federal e/ou estadual: **Ofício das Baianas de Acarajé** (federal); **Capoeira** (es-

¹⁰³ LODY, Raul. Abiyamo. Dossiê de Registro da Festa da Boa Morte.

¹⁰⁴ O mito, de que a colonização no Brasil ocorreu de forma amena, com “Senhores bons e escravos submissos” – concordando com a leitura realizada por Clóvis Moura sobre a obra de Gilberto Freyre –, alimentou a idéia de que o país teria escapado dos problemas de preconceito racial. Essa concepção equivocada, que teve como berço o período do final do Segundo Império e início da República, contribuiu para propagar a idéia de que no Brasil teria sido alcançada uma democracia racial. Contudo, outros autores, como Lillian Moritz Schwarcz, consideram que este pensamento não passava de um mito. Os afro-descendentes que possuíam fenótipo africano sempre tiveram menos chances no mercado de trabalho, foram marginalizados, desrespeitados nas suas manifestações culturais e sofreram intolerância religiosa. A ideologia de que a “raça branca” era superior parece ter sido incutida, por isso, contrair matrimônio com uma pessoa de pele mais clara, era então uma forma de ascensão social. Essa situação, de certa forma adaptada, se mantém em diversos aspectos nos dias atuais. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In: *História da Vida Privada no Brasil*. (editado por Fernando A. Novais) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

tadual e federal); Festa de Santa Bárbara (estadual); e, mais recentemente, o **Desfile de Afoxés**, submetido à apreciação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

Todas as manifestações citadas, que passaram ou estão passando – como é o caso do Desfile de Afoxés – pelo processo de registro, têm outro traço em comum, além da matriz africana e da resistência secular. No caso da Festa da Boa Morte, as pesquisas indicam aproximadamente duzentos anos (no que se configura, mais uma vez, como uma das principais recomendações do Conselho Estadual de Cultura da Bahia – que reafirma a recomendação das normas internacionais instituídas pela UNESCO – sobre o mínimo de três gerações de prática para o Registro de um bem de natureza imaterial). Oprimidas por uma sociedade de maioria representativa “branca”, essas manifestações sofreram e sofrem, ao longo dos anos, descaracterizações.

Muitas descaracterizações se ocasionam para garantir a continuidade dessas práticas culturais. Algumas, “mais leves”, que podem ser consideradas “adaptações” – uma vez que a essência do patrimônio imaterial reside na efemeridade –, como é o caso da inclusão das máscaras de látex no Carnaval de Maragogipe. Contudo, outras podem gerar conseqüências mais trágicas, enfraquecendo as associações que, na sua gênese, foram estabelecidas para garantir a continuidade das práticas culturais dos seus fundadores – que remontam a práticas ancestrais. Infelizmente, isto pode ser observado, algumas vezes, na trajetória da Festa da Boa Morte.

Ainda na década de 1980, a Igreja Católica já buscava mecanismos de controle das irmandades e devido às suas intervenções, muitas dessas irmandades se extinguíram. A historiadora Magnair Barbosa, responsável pelo texto da pesquisa deste dossiê, apresenta um exemplo menos sutil de interveniência por parte da Igreja em Cachoeira:

Para a Irmandade feminina de Cachoeira, a Igreja tentou interferir na sua organização, redigiu e tentou aprovar um estatuto subordinando-a, tentou, ainda, interferir na indicação da Juíza Perpétua e confiscar seus bens, jóias e imagens. Impedidas de realizar suas celebrações, as irmãs foram acolhidas pela Igreja Brasileira local.¹⁰⁵

¹⁰⁵ BARBOSA, Magnair. Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: entre o Aiyê e o Orum. Dossiê de Registro da Festa da Boa Morte.

Apesar de hoje ser considerada uma grife, explorada – e entenda-se “explorada” em todas as suas possíveis interpretações, abrangendo benefícios e malefícios – por agentes políticos partidários, comerciantes, intelectuais, turismólogos, empresários, escritores e jornalistas, entre outros, à Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte não foi viabilizada uma elaboração de mecanismos para sua auto-sustentação. Desta forma, as Irmãs da Boa Morte, menos assistidas pelos representantes do poder público local que pelos telespectadores curiosos do resto do mundo, diversas vezes são obrigadas a representar, de modo a serem aceitas num quadro de valores desenhado por indivíduos movidos a interesses pessoais, que vão de encontro, em diversos casos, aos fundamentos da própria Irmandade. As mudanças são forçadas de fora para dentro e quase que invariavelmente não propõem negociações.

Sobre as ocorrências atuais de descaracterização, a Irmandade, hoje, é gerida por pessoas que não fazem parte dela, senão como administradoras, fato contraditório, uma vez se ter constatado nas pesquisas que, historicamente, a responsabilidade da administração da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte jamais fora legada a “pessoas de fora dela”.

Algumas modificações promovidas pela administração atual causam estranhamento por interferirem na organização da festa e da própria instituição – na eleição, na legitimação dos cargos, no preparo da comida e no samba.

As irmãs deixaram de preparar as comidas servidas durante os dias festivos; atualmente, são contratadas cozinheiras [...]. Em se tratando de alimentos sacralizados e não sagrados, já que servido em uma festa religiosa, mostra-se estranha sua manipulação por pessoas não afins ao culto.¹⁰⁶

Não está sendo proposta aqui, em tempo algum, a dissolução da atual administração da Irmandade da Boa Morte, nem ações de intervenção direta que gerem conflitos internos. Até mesmo porque se mostram legítimas as intenções desses administradores. O depoimento de D. Filhinha, irmã com idade mais avançada e ícone cultural de destaque dentro e fora da Irmandade, demonstra o sentimento de gratidão para com a atual administração:

¹⁰⁶ BARBOSA, Op. Cit., p.

Acho que a Irmandade, depois que a finada Santinha morreu, a Irmandade ficou à toa e depois que a advogada Celina tomou conta foi que botou tudo no lugar. Mandou fazer igreja, dirigiu três sobrados pra fazer ali aquele lugar, tudo foi ela.¹⁰⁷

Posta toda esta explanação, conclui-se por parte desta unidade de pesquisa e legislação que a Festa da Boa Morte, não apenas merece o registro, como carece desse ato oficial.

Se uma edificação com caráter singular, que apresenta uma historicidade importante para a cultura baiana, está se arruinando ou sofrendo depredações, o Governo do Estado intervêm, de modo a preservá-lo, evitando subtrações físicas que comprometam a sua leitura, para que não se perca a sua memória. Por que com o patrimônio intangível o tratamento seria diferente?

As ações de salvaguarda propostas para a que a Festa da Boa Morte tenha sua continuidade garantida, de forma íntegra e caminhando para sua auto-sustentabilidade, são as seguintes:

- Divulgação na rede de TV pública e distribuição do material áudio-visual – resultado da edição de mais de vinte e cinco horas de captura das entrevistas guiadas pelos técnicos responsáveis por este dossiê – em escolas, universidades e outras instituições que, de alguma forma, possam contribuir ou mesmo se beneficiar dessas informações para seu próprio desenvolvimento, constitui-se como a primeira dessas ações;
- Edição, seguida de publicação do conteúdo apresentado neste dossiê, a ser lançada ainda no ano de 2010;
- Atualizações das pesquisas e, com isso, alimentação do próprio dossiê de Registro;
- Divulgação da manifestação;
- Promoção de seminários acerca do tema;
- Promoção de exposições temáticas;
- Incentivo à produção de novas publicações e novos áudios-visuais e a ações de desenvolvimento de pesquisas voltadas à economia da cultura;
- Elaboração de editais específicos, mais voltados para esta tipologia representa-

¹⁰⁷ Depoimento da Irmã Filhinha.

tiva de manifestação cultural singular;

- Instrumentalização histórica e antropológica dos atuais responsáveis pela administração da Irmandade;
- Instrumentalização administrativa das Irmãs, para que as mesmas possam definir o modelo de gestão mais apropriado para sua Irmandade.

Finalizando este documento, é válido ressaltar que a importância deste selo, deste ato oficial, deste registro, se configura como uma via de mão dupla. Tão valoroso para aquele que o “recebe”, não apenas no plano material, de ser com isso agraciado por incentivos da iniciativa pública, mas pelo valor simbólico atribuído ao ato oficial de reconhecimento social enquanto patrimônio, quanto para aquele que o concede, contribuindo, mais uma vez, para a preservação e difusão dessa cultura tão baiana, tão nordestina, tão brasileira.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares do além-mar” na formação do império português. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (3): 591-611, set. -dez. 2001.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALVES, José Ramos de Almeida. Palestra proferida no Rotary Club Cachoeira - São Félix, 9 de abril de 1952. *Correio de São Félix*. nº876, 26/04/1952.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: nacional, 1967.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. “A província da Bahia”. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.
- AZZI, Riolando. “A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial”. In: *História da Igreja no Brasil*. Petropolis: Edições Paulinas/Vozes, 3ª ed., 1983.
- BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton; SAMPAIO, Gabriela (Orgs.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA, Corrupio, 2006.
- BRAGA, Júlio. As irmandades de cor: generalidades. In: *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1982.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.
- CAMPOS, João da Silva. *Procissões Tradicionais da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, 1941.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CAROSO, Carlos & BACELAR, Jeferson (Org.). *Faces da Tradição Afro-Brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.
- CARVALHO, Marcos. *Gaiku Luiza e a trajetória dos jeje-mahi na Bahia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro, 1958.

FLEXOR, Maria Helena. *Ofícios mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1974.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958, vol. XXI.

JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO NETO, Zahidé. Quadro sociológico da “civilização” do Recôncavo. *Centro de Estudos Baianos*, n° 71, p. 3-4. Divisão estabelecida por L. A. Costa Pinto.

MATTOSO, Kátia M. Queiróz. *A Bahia No século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural. *Revista Afro - Ásia*, n°28, 2002.

MILTON, A. *Ephemérides Cachoeiranas*. Salvador: UFBA. 1979.

NASCIMENTO, Luís Cláudio. “Terra de Macumbeiros”: Redes de Sociabilidades Africanas na Formação do Candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Felix. *Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos)*, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

OLIVEIRA, L. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: seu mundo e os outros*. Salvador: 1790-1890. *Corrupio*.

OTT, Carlos. *O povoamento do Recôncavo por seus engenhos (1536-1888)*. Bahia: Bigraf, 1996.

PARÉS, Luis Nicolau *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia Colonial*. Salvador: UFBA, *Dissertação de Mestrado*, 2000.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiên-*

cias escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de Doutorado, UFBA, 2005.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas véspera da Abolição”. *Revista Afro-Ásia*. n.º 24, 2000.

_____. “Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785”. *Revista de História*, v. 8, n° 16 (1988).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1750*. Brasília: Unb, 1981.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés: Perseguição e Resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, P. C. da. *A Cachoeira e o seu município*. In: *Revista do IGHBa*. Salvador, 1937, n° 63.

SILVEIRA, Renato da Silveira. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Ketu*. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOARES, Mariza de Carvalho. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII*. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n. 2, 2004.

_____. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, G. S. de. *Notícias do Brasil*. S. Paulo, MEC, 1974.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo / Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos / Instituto Nacional do Livro, 1976.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia, 1850*. Salvador: *Corrupio*, 1981.

_____. *Orixás: Deuses na África e no Novo Mundo*. São Paulo: *Corrupio*, 1981.

VIANNA FILHO, Luis. *O negro da Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, v. 1.

Esta publicação foi editada em setembro de 2010 pelo IPAC
Composto em Garamond e Chaparral Pro
Impresso em papel couché fosco 170gr/m² e papel supremo 300gr/m²
Gráfica QualiCopy
Tiragem 3.000 exemplares
Salvador - Bahia -Brasil

Festa da Boa Morte

